

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

RICARDO ANTUNES DENUNCIA

A DESTRUIÇÃO DO TRABALHO

CULTURA

Um teatro engajado na educação.

MEMÓRIA VIVA

O destino do legado de
Lélia Gonzalez, a mais importante – e
ignorada – intelectual negra do país.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Controle de dados nas mãos das Big
Techs e manipulação de informações
representa ameaça à democracia.

EDIÇÃO 03
OUTUBRO/2024
ISSN: 2525-6394



9 772525 639003

sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp

DIRETOR
Celso Napolitano

COORDENADOR EDITORIAL
José Salvador Faro

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO
Chico Bicudo (0025078/SP)

ASSISTENTE EDITORIAL
Karen Ramos - Jornalista responsável (0094586/SP)

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Alessandro De Toni

CONSELHO EDITORIAL

Daniel De Thomaz
Iberê Moreno Rosário e Barros
Madalena Guasco Peixoto
Maria Elizabeth Vespoli
Milena Buarque
Nancy Casagrande

Neusa Barbosa Bastos
Osvaldo Souza Santos
Patrícia Paixão
Sandra Caballero Chagas
Silvia Celeste Barbara
Thadeu Almeida

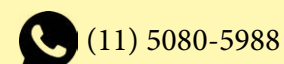
A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do
Sindicato dos Professores de São Paulo. ISSN : 2525-6394
Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião do veículo.

 sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp

Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino,
São Paulo, SP - CEP 04038-000



Aponte a câmera
do seu celular para o
QR code e acesse:
www.sinprosp.org.br



COLABORADORES Quem contribuiu para a nossa
edição número 03. **Pág. 04**

EDITORIAL O massacre das plataformas e a
desumanização do trabalho.
CHICO BICUDO **Pág. 05**

NOSSA CAPA Da mitologia grega ao capitalismo
do século XXI. J. S. FARO **Pág. 06**

DOSSIÊ Mito e realidade: o capitalismo e a
desumanização do trabalho.
MARIA CAROLINA SANTOS,
Marco Zero/GIZ **Pág. 08**

CULTURA O teatro e a escola na compreensão
do mundo. MILENA BUARQUE **Pág. 18**

TRABALHO Sérgio Amadeu vem ao SinproSP
discutir Inteligência Artificial e eleva
a voz **Pág. 24**

EDUCAÇÃO Meio ambiente: aprender para um novo
mundo. KAREN RAMOS **Pág. 36**

MEMÓRIA VIVA Lélia Gonzalez: Tesouro no terreiro.
PLÍNIO FRAGA, *piauí* **Pág. 42**

MURAL *Comida* (TITÃS) **Pág. 54**

EDIÇÃO
OUTUBRO DE 2024

03

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

COLABORADORES

SILVIA BARBARA ▶

Professora de geografia e diretora do SinproSP.
Editoria Trabalho



IBERÊ MORENO

Graduado em Relações Internacionais pela PUC-SP, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre e doutor em História pela PUC-SP. Professor universitário de História Política e diretor do SinproSP.
Editoria Trabalho



MILENA BUARQUE ▶

Jornalista. Mestra em História, Política e Bens Culturais pela FGV CPDOC e especialista em Estudos Brasileiros pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
Editoria Cultura



MAYARA GREGORACCI ▶

Socióloga e mestre em História e Filosofia da Educação pela Unicamp. Professora no Ensino Médio Técnico (Senac-SP) e diretora do SinproSP.
Editoria Cultura



◀ RICARDO ANTUNES

Graduado em Administração Pública pela FGV-SP, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Sociologia pela USP. É professor titular de Sociologia da Unicamp.
Editoria Dossiê



◀ SÉRGIO AMADEU

Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela USP. É professor associado da UFABC, membro do Comitê Científico Deliberativo da ABCiber e integra a rede de pesquisadores Tierra Común.
Editoria Trabalho



◀ LIDIANE CHRISTOVAM

Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Licenciada em Matemática (UPM) e Pedagogia (Universidade Bandeirantes), mestre em Letras (UPM), especialista em Estatística Aplicada (UNINOVE). Diretora do SinproSP.
Editoria Trabalho



◀ KAREN RAMOS

Jornalista, especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo Celacc/USP e assistente editorial da revista GIZ.
Editoria Educação



◀ NATASHA MENEGUELLI

Jornalista no SinproSP e produtora do podcast SinproSP No Ar.
Editoria Dossiê e Cultura



EDITORIAL

Sob o manto sedutor - e profundamente perverso - do discurso do “empreendedorismo, do colaborador e da economia do compartilhamento”, o capitalismo de plataformas e das gigantescas corporações internacionais de tecnologias está levando a uma exploração ilimitada do trabalho, que acaba por ser profundamente esvaziado de sua dimensão humana. O alerta vem sendo feito por Ricardo Antunes, sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Pesquisador do tema e autor de diversos livros sobre o chamado mundo do trabalho, ele se diz consternado com o fato de termos nos tornado reféns de máquinas que controlam nosso tempo, impondo jornadas exaustivas, além da precarização e da aniquilação de direitos, levando a classe trabalhadora a sofrimento, depressão, assédio e até ao suicídio. É o capitalismo da morte.

No dossiê temático especial desta edição número 3 da revista GIZ, com edição final de Natasha Meneguelli, Antunes aprofunda essas reflexões e reforça que o enfrentamento a esse estado das coisas passa necessariamente pelo fortalecimento dos sindicatos, das lutas coletivas e da construção de políticas públicas capazes de dar conta desse grau de exploração - “para que nossos filhos e netos não sejam escravos digitais”.

Sempre em sintonia com as falas e ponderações feitas pelo pesquisador, o SinproSP tem como um de seus princípios e compromissos históricos organizar politicamente a categoria que representa, com a máxima disposição e acúmulo de forças para enfrentar coletivamente os ataques patronais e suas tentativas cada vez mais insistentes de precarização e uberização da profissão. No atual estágio da luta de classes, em tempos de massacres das tecnologias e quando as plataformas invadem também o nosso cotidiano, não arredamos pé da necessidade de garantir, no cotidiano de sala de aula, e também para além dela, condições

dignas de trabalho para professoras e professores. As convenções e acordos coletivos firmados nos últimos anos são a expressão concreta dessa resistência. Nessa jornada, o SinproSP quer estar sempre junto com você.

Leia também nesta edição:

A GIZ 3 traz também, em sua seção “Educação”, uma reportagem de Karen Ramos sobre a importância da educação ambiental para a conscientização e enfrentamento da crise climática. As recentes ondas de calor vividas pela cidade de São Paulo, inclusive no inverno, além do ar quase irrespirável por conta das queimadas que se espalham pelo estado, confirmam que não se trata de “um debate de longo prazo”. Já está acontecendo. E estamos falando da sobrevivência do planeta e das condições de vida como conhecemos. A hora é agora.

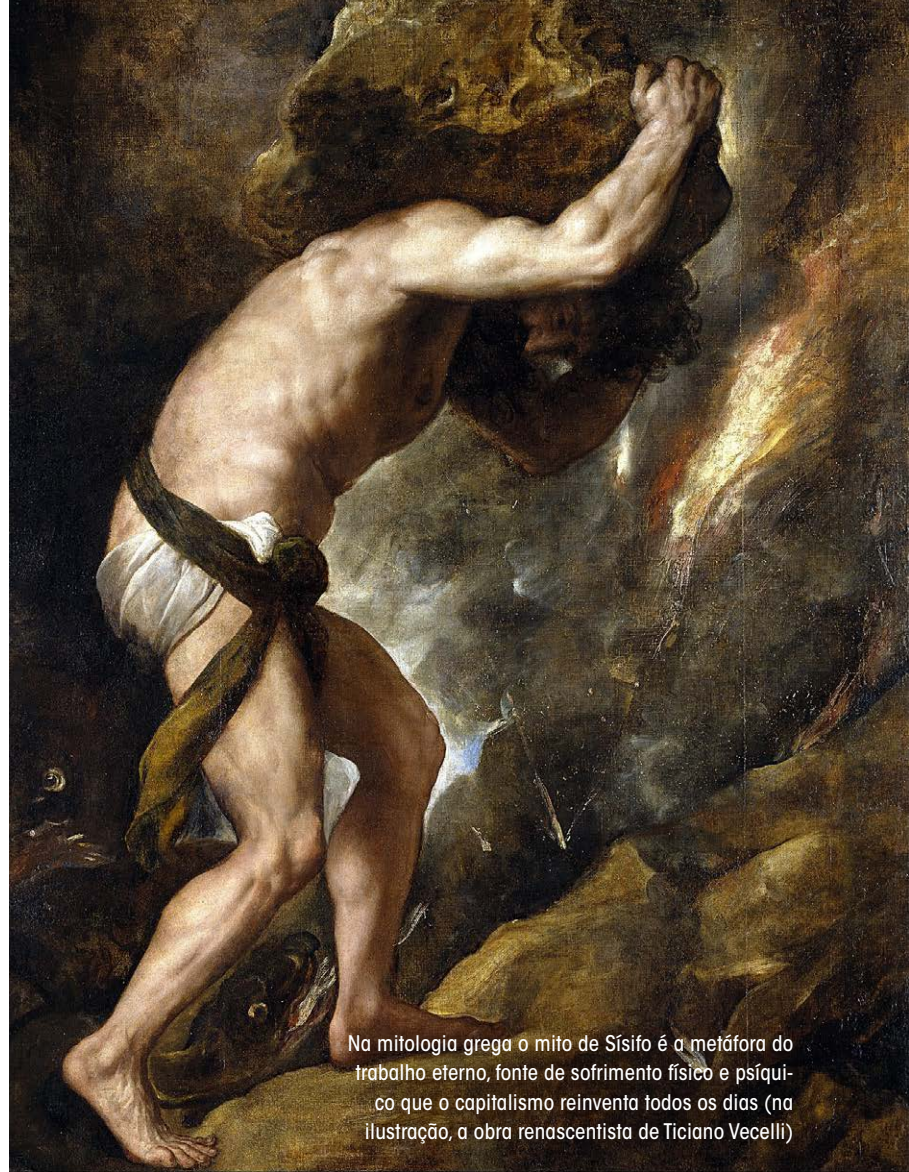
Em “Trabalho”, voltamos ao tema da Inteligência Artificial, numa conversa instigante e desafiadora com Sérgio Amadeu, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Já a seção de Cultura traz à tona uma boa provocação (“De que maneira as artes cênicas dialogam com a Pedagogia?”), num papo também encantador com o Grupo Prole, a partir da adaptação de um texto de Ana Maria Machado. A matéria foi escrita por Milena Buarque. E a genial e inesquecível Lélia González - “a mais importante, e ignorada, intelectual negra do país” - é a homenageada em “Memória Viva”, num perfil originalmente publicado pela revista Piauí.

A revista GIZ e a diretoria do SinproSP aproveitam ainda o mês de outubro para celebrar fraternalmente com a categoria o Mês das Professoras e dos Professores.

Boas leituras!

CHICO BICUDO, *Coordenador de comunicação*

Da mitologia grega ao capitalismo do século XXI a realidade do trabalho desumanizado



Na mitologia grega o mito de Sísifo é a metáfora do trabalho eterno, fonte de sofrimento físico e psíquico que o capitalismo reinventa todos os dias (na ilustração, a obra renascentista de Ticiano Vecelli)

O paralelo que Camus faz da história grega com o mundo atual é a comparação do esforço de Sísifo com o nosso cotidiano. É a representação finita da eternidade, em forma cíclica: fazer a pedra subir, vê-la cair, descer para buscá-la e subi-la novamente. Camus escreve: “Só vemos todo o esforço de um corpo tenso ao erguer a pedra enorme, empurrá-la e ajudá-la a subir uma ladeira cem vezes recomeçada; vemos o rosto crispado, a bochecha colada contra a pedra, o socorro de um ombro que recebe a massa coberta de argila, um pé que a retém, a tensão dos braços, a segurança totalmente humana de duas mãos cheias de terra”. O destino de Sísifo parece ser absurdo, mas não é menos absurdo que o do operário que trabalha todos os dias fazendo a mesma coisa, como em *Tempos Modernos*. Talvez seja mais trágico, pois ao menos Sísifo é consciente de sua condição [e] conhece toda a sua extensão. (Wikipedia)

Esse estado de abandono e de prostração submissa que marca a referência simbólica do trabalho nos acompanha desde sempre na vida real, não apenas como resultado da precariedade das formas de existência – poucas alternativas para o sustento do corpo, da mente, da vontade, mas com uma fragilidade que é observada em cada gesto de desânimo (e às vezes conformismo) com que os trabalhadores experimentam o cotidiano. Talvez seja mais que isso: é também o resultado da paulatina destruição da sua própria condição social; já não são trabalhadores, mas entes que vivem a negação da razão histórica do trabalho – a geração da riqueza social cuja apropriação privada recusa sua própria justificativa ideológica: de forma material ou abençoada, ele reproduz a vida, inova e protege tudo o que o cerca. No lugar disso, no entanto, o que se vê é a penúria.

No caso brasileiro, a doutrina do capitalismo essencialmente predatório é a consagração desse enunciado, embora isso não seja original porque o processo é universal e secular e existe onde quer que esse sistema esteja instalado. Por aqui, no entanto, diversas singularidades da formação histórica do Brasil tornaram suas ações tão selvagens e primitivas que parecem exclusivamente nossas. Referimo-nos àquelas práticas que são consequência da modernização defeituosa da economia, das disparidades regionais, da concentração da riqueza móvel e imóvel, dos desníveis estruturais que decorrem desses fatos. Para que se tenha uma ideia, não faz muito tempo [a imprensa noticiou uma anomalia criminoso](#): em 2022, o milésimo mais rico da população brasileira (154 mil pessoas) teve uma renda mensal média de R\$ 441.000,00, valor que corresponde a 4/5 da soma que chega mensalmente às mãos de 95% dos brasileiros. Esse disparate formidável só é possível se compararmos a distribuição da renda nacional a um genocídio.

Ao lado disso, uma verdadeira aristocracia da riqueza e do poder que impõe seus interesses particulares a toda a sociedade seja através da superexploração dos trabalhadores em diversas e disfarçadas

artimanhas, seja através da precarização das relações trabalhistas, jurídicas ou não. O resultado é o que se vê: milhares de miseráveis nas cidades e nos campos, trabalhadoras e trabalhadores sem qualquer proteção social, segregados pelos valores que orientam as práticas de uma parcela dessolidária da classe média que encontra na acumulação conspícua de bens o seu paradigma e a sua ética.

Para o dossiê desta edição, GIZ apresenta o tema da destruição do trabalho como foco de um debate que não pode ser contornado, especialmente entre professoras e professores. Acreditamos que todo o conjunto de dificuldades que nosso país enfrenta decorre desse desequilíbrio social e dos efeitos que ele tem em todos os níveis da vida vivida, do terreno da representação política ao da sociabilidade. É o que nos parece dizer a imagem da nossa capa: uma mazela universal e desumana no mundo contemporâneo – e trágica, como a viram os gregos –, como política deliberada e não como resultado de simples conjunturas incidentais e passageiras como nos querem fazer acreditar as elites que tiram proveito disso há séculos. ●

J.S.FARO, *Coordenador editorial*

Leituras ampliadas:

Ricardo Antunes analisa o inferno da precarização, Ricardo Antunes, Outras Palavras, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/ricardo-antunes-analisa-o-inferno-da-precariizacao/>

Brasil: o preço emocional do trabalho, Erik Chiconelli Gomes, Outras Palavras, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/brasil-o-preco-e-emocional-do-trabalho/>

Precariado ou crise subjetiva do proletariado?, Santiago Marimondo, Quilombo Spartacus, 2018. Disponível em: <https://quilombospartacus.wordpress.com/2018/08/30/precariado-ou-crise-subjetiva-do-proletariado/>

Precariado: frustração no capitalismo do desejo, Juan Carlos Monedero, Outras Palavras, 2013. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/precariado-a-frustracao-no-capitalismo-do-desejo/>

O que é o precariado?, Giovanni Alves, Boitempo, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>

“Trabalho não liberta mais da pobreza e da fome”, afirma economista Márcio Pochmann, Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/trabalho-nao-liberta-mais-da-pobreza-e-da-fome-afirma-economista-marcio-pochmann>

5 anos: os resultados das promessas da reforma trabalhista, Nasser Ahmad Allan, Nexo, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/11/27/5-anos-os-resultados-das-promessas-da-reforma-trabalhista>

“Se a gente não lutar, nossos filhos e nossos netos serão escravos digitais”, avisa o sociólogo Ricardo Antunes

Reportagem de MARIA CAROLINA SANTOS

Organização do texto para a revista GIZ: NATASHA MENEGUELLI

O Dossiê desta edição da revista *GIZ* publica a entrevista concedida originalmente por Ricardo Antunes às revistas *Coletiva* e *Marco Zero*. Trata-se de uma reflexão fundamental sobre o desmantelamento das relações de trabalho que vem ocorrendo no país desde a reforma de 2017, sob o governo Temer.”



Agradecimento:
Marco Zero Conteúdo

Desde os anos 1970 o sociólogo Ricardo Antunes, professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisa as relações de trabalho. Acompanhou a ascensão dos movimentos sindicais do ABC Paulista e do trabalho feito em computadores, as mudanças provocadas pela pandemia e o home office. Autor de mais de uma dúzia de livros, nos últimos anos ele vem investigando as plataformas digitais como uber e ifood. E está consternado com o que está acontecendo.

Para o experiente pesquisador, a precariedade do trabalho nas plataformas digitais só encontra paralelo lá na Revolução Industrial, há mais de 200 anos. “O capitalismo de plataforma tem algo em comum com a protoforma do capitalismo: a exploração ilimitada do trabalho”, avalia.

Nas entrevistas que faz com esses trabalhadores para suas pesquisas, o comum é escutar que eles cumprem jornadas de 10, 12 horas. “Eu entrevistei um trabalhador que me falou que trabalhou por 20 horas seguidas. Eu quase caí da cadeira. Perguntei então o que ele fez no dia seguinte e ele respondeu: “A mesma coisa, dormi 2 horas e comecei de novo”, contou Ricardo Antunes, para uma plateia que lotou a sala Aloísio Magalhães, no campus do Derby da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), durante a abertura do I Seminário Mundos do Trabalho: da precarização laboral ao adoecimento mental, promovido na semana passada pela Fundaj e os grupos de pesquisa Labor (UFRPE) e Gesto (UFPE).

Para Antunes, estamos ingressando em uma nova era de subordinação do trabalho ao capital. Agora, sob o comando de ferramentas informacionais que tende a acentuar ainda mais o processo de desantropomorfização – retirando ao máximo o fator humano do trabalho. “No capítulo de O capital em que Karl Marx trata da grande indústria, ele diz que na indústria da revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, os trabalhadores e trabalhadoras se tornam autômatos e apêndices da máquina. Hoje nós somos autômatos e apêndices desta máquina digital (mostra o celular) que está controlando o nosso tempo. O trabalho humano que nós temos hoje, ele é ainda mais desantropomorfizador, ele perde ainda mais o seu sentido humano”, disse.

As longas jornadas do chamado “capitalismo de plataforma” traz também formas mais sofisticadas de submissão dos trabalhadores. Há quem chame de subordinação algorítmica, mas a procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) Vanessa Patriota da Fonseca, que dividiu a mesa de abertura com Ricardo Antunes, prefere caracterizar como subordinação clássica, por entender que não há diferença no controle.

“Há uma parte que tem o capital e outra parte que tem a força de trabalho. Esses termos muito usados

pelas empresas, como colaborador, economia de compartilhamento, parceria, foram criados para intensificar o vínculo simbólico que une uma legião de pessoas exploradas às empresas que as exploram”, disse a procuradora. “As plataformas digitais de trabalho foram criadas em um contexto em que o trabalho ocupa todos os espaços da vida e suga um tempo cada vez maior dos trabalhadores e das trabalhadoras. Isso em um mundo onde as entidades sindicais estão extremamente fragilizadas, dificultando suas lutas, e onde os Estados são capturados pelas grandes corporações”, completou.

“O capitalismo que está fazendo sucesso hoje é o que combina fascismo com neoliberalismo”

RICARDO ANTUNES



© ANTONIO SCARPINETTI / SEC UNICAMP

Ricardo Antunes

Ricardo Antunes usou por algumas vezes a palavra “devastação” para falar do momento atual do mundo: devastação ambiental e devastação no trabalho.

“No século XX, a grande Rosa Luxemburgo nos disse certa vez que o dilema do seu tempo era socialismo ou barbárie. Acertou. Só que se Rosa Luxemburgo estivesse viva hoje, ela diria que não é mais esse, pois na barbárie nós já estamos. E o trabalho é a nossa fotografia dessa barbárie”, disse o professor.

A frase, atribuída aos filósofos Fredric Jameson e Slavoj Žižek, de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo” foi citada algumas vezes durante os dois dias de seminário. Mas Ricardo Antunes lembra que a história é imprevisível. E que a luta de classes é o que vai mudar a realidade de precarização de trabalhadores e trabalhadoras.

“Nós vamos ter que lutar. Porque se a gente não fizer isso, os nossos filhos e os nossos netos, se tiver mundo para eles viverem, serão escravos digitais. Então, nós, se não quisermos lutar por nós mesmos, é bom que comecemos a lutar por eles”, alertou.

Ricardo Antunes tem uma fala cativante: é direto e sem papas na língua, arrancando, aqui e ali, risadas da plateia. É também extremamente gentil. No evento da Fundaj não se furtou a nenhum pedido de autógrafos, fotos, selfies ou conversas rápidas com as dezenas e dezenas de leitoras e leitores que o abordaram.

Ao final da palestra, uma longa fila se formou para fotos. Logo em seguida, sem intervalo, ele participou do lançamento do livro Subordinação (mal) Camuflada: a dominação capitalista no trabalho em plataformas digitais, da procuradora Vanessa Patriota da Fonseca, do qual escreveu o prefácio.

Enquanto a autora autografava os exemplares do livro, Ricardo Antunes arranjou uma brechinha para esta rápida entrevista abaixo. Nela, afirma que a política de conciliação do governo Lula não vai fazer as mudanças que os trabalhadores e trabalhadoras precisam. “Tem que combater o capitalismo. E lutar por políticas públicas, sociais, etc. Mas não pode ter ilusão. Porque o capitalismo não aceita mais nem regulamentação, nem políticas sociais. Ele quer a neoliberalização geral. O capitalismo que está fazendo sucesso hoje é o que combina fascismo com neoliberalismo”, alerta.

MARCO ZERO Como a precarização e a falta de direitos atinge a saúde do trabalhador?

RICARDO ANTUNES Quanto mais informalidade, melhor para as empresas. Ou seja, trabalha, ganha; não trabalha, não ganha. O mundo das empresas que ainda têm alguma regulação, como bancos e metalúrgicas, só têm regulação porque os sindicatos lutam. Explorar até o limite só tem um resultado: no caso dos motoqueiros, há a morte de mais de um por dia na cidade de São Paulo. Sem falar dos acidentes: esses motoqueiros quebram braço, perna, bacia, cabeça. É um vilipêndio. É uma morte a céu aberto.

A exigência é trabalhar todo o possível para a empresa. Qual é o resultado da exigência? É o burnout, é a depressão, é o assédio, é o sofrimento. E muitas vezes o suicídio.

Um bom exemplo do que é o capitalismo é o Japão. A sociedade japonesa é uma das que tem mais suicídios no mundo. Porque até os gerentes de cada um dos intermediários acham que se a empresa faliu ou está indo mal, a culpa é deles. Ficam trabalhando na empresa até morrer. Quando a Telefrance, na França, foi privatizada, aconteceram mais de 50 suicídios lá dentro. Porque a privatização hoje avança para quebrar direitos da classe trabalhadora. Uma classe trabalhadora sem

direitos é uma classe trabalhadora empurrada para o sofrimento, para a depressão, para o burnout, para o assédio, para o suicídio e para a morte.

E como é que você muda isso? Tem que combater o capitalismo. E lutar por políticas públicas, sociais, etc. Mas não pode ter ilusão. Porque o capitalismo não aceita mais nem regulamentação, nem políticas sociais. Ele quer a neoliberalização geral. No capitalismo, hoje o que está fazendo sucesso é a combinação de fascismo com neoliberalismo. O exemplo mais evidente é a boçalidade indigente e inqualificável do Javier Milei na Argentina. Este é o boçal do nosso tempo: um burguês ilimitado que está destruindo a classe trabalhadora argentina dizendo-se neoliberal e libertário.

MZ Como é que o senhor avalia o que o terceiro governo Lula tem feito para os trabalhadores?

RA A primeira coisa importante para avaliar o governo Lula é entender que ele pegou um país de terra arrasada. Fundamentalmente, Michel Temer deu legalidade à aberração do arcabouço fiscal, ou seja, não se amplia recursos para saúde, educação e previdência pública. Um país que não amplia recursos para saúde, educação e previdência pública é o país que comete um crime contra a sua população.

E por que não amplia recursos? Porque os bancos querem ganhar, pois são parte integrante do capital financeiro. A primeira coisa que teria que fazer é cortar o domínio e a hegemonia dos bancos e do capital financeiro na política econômica do país. E isso o governo Lula não conseguirá porque é um governo politicamente débil e frágil. Mas, por exemplo, o governo Lula está tentando, ao seu modo, lutar por uma coisa importante, que é retirar a autonomia do Banco Central.

O segundo fator é que, politicamente, para derrotar o Bolsonaro, que foi a expressão do neofascismo do Brasil, evidenciou-se que era preciso eleitoralmente ampliar uma frente. No segundo turno, a diferença de Lula para Bolsonaro foi de menos de 2 milhões de votos. O que o Bolsonaro fez nos últimos seis meses

do seu governo foi a devastação total para comprar votos dos eleitores pobres. Lula tomou posse e viveu um golpe oito dias depois da eleição, seria então um milagre que nós tivéssemos no paraíso

Outro ponto é que Lula foi eleito com um programa moderado de conciliação de classes. É sempre bom lembrar que Geraldo Alckmin era o homem do neoliberalismo do Brasil até ontem e continua sendo. É que o Alckmin não é fascista e o Bolsonaro é. E, claro, que Alckmin também estava muito fragilizado no PSDB, que praticamente tinha desaparecido.

Dito isto, o Lula que ganhou a eleição está muito aquém do que ele poderia fazer, mas reconheço ações importantes.

MZ Quais? Na área do trabalho?

RA Não na área de trabalho. A área de trabalho até agora é lamentável. Reconheço, por exemplo, a tentativa de combater o crime organizado na Amazônia e tentar minimizar as condições de sofrimento e adoecimento do povo indígena. Não é fácil você fechar a Amazônia para o crime porque é uma fronteira aberta imensa, o crime entra por todos os lados. Uma parte da polícia estadual muitas vezes é vinculada ao crime, basta pensar que os milicianos que nascem dentro da polícia e se tornam criminosos e outras tantas dificuldades.

Agora, no que diz respeito à questão do trabalho, o governo Lula não fez nada do que poderia. Claro, não estou falando aqui da política econômica, é evidente que tem havido já uma redução do desemprego razoável. Acabamos de ver agora que houve o crescimento do PIB, então há uma tentativa de retomada do crescimento econômico, mas, por exemplo, o que o Lula disse em campanha? Que ia debater com seriedade a “contra-reforma” trabalhista de Michel Temer. Não só não debateu e não fez a revisão, como o PL 12/2024 (o projeto de lei 12/2024 cria a categoria “trabalhador autônomo por plataforma” e atualmente está fora de pauta no congresso) do seu governo é a continuidade do projeto Temer de destruição do trabalho.

MZ O senhor está se referindo ao projeto de lei que estabelece 12 horas de trabalho diário por aplicativo?

RA Isso, 12 horas para cada aplicativo. Não fala das mulheres – não há uma nota sobre as trabalhadoras! – e não fala da questão crucial. A questão crucial é que quando você avalia o trabalho em plataformas é se é um trabalho que é verdadeiramente autônomo, ou seja, o trabalhador faz o que quer e não faz o que não quer, ou se ele é um assalariado sem direitos.

No artigo terceiro deste PL do Lula, se diz que esses trabalhadores são “autônomos”, que trabalhadores de plataformas de automóveis são autônomos. É criminoso, porque não é verdadeiro, é falso. Você acha que quem trabalha 12, 14, 16, 18 horas por dia é autônomo?

Autonomia é outra coisa. Se eu sou um eletricista autônomo, eu faço o serviço da sua casa, e eu quem vou dizer quanto eu cobro, quando eu posso fazer, quantos dias eu vou levar e como eu quero receber. Você fala que só vou pagar quando terminar, eu falo que não, eu preciso que você me pague antes uma parte para eu comprar material. Isso é que é ser autônomo, é elementar.

No que diz respeito à questão trabalhista, dos direitos do trabalho, o Lula tem algumas questões cruciais e urgentes a enfrentar: extinguir o trabalho intermitente da “contra-reforma” de Temer; recuperar o mínimo de força sindical que a “contra-reforma” de Temer também arrebatou, tentando minar economicamente os sindicatos; acabar com as tantas formas de precarização, inclusive, do trabalho feminino na “contra-reforma” trabalhista, porque você desobrigou as empresas de uma série de obrigações que ela tinha, até do transporte de levar trabalhadores e trabalhadoras; e quarto elemento, que diz respeito ao trabalho em plataforma, é inaceitável que um ex-operário que durante décadas trabalhou em fábrica, faça um projeto de lei do seu governo que atende a Uber e iFood, que estão contentes e felizes na vida.



MZ Os entregadores não aceitaram essa proposta do PL?

RA Felizmente, há luta de classes e há resistência. E, neste caso, além de toda a denúncia que muitos fizeram – eu também fiz, porque era inaceitável – os jovens entregadores e entregadoras de motos e bicicletas repudiaram essa proposta e a Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativos, chamada de Aliança, disse: “não aceitamos”. E saiu da negociação, deixando o Lula levando o pau do bolsonarismo, que é de extrema direita e é fascista, mas levando críticas também dos setores de esquerda que lutam em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

MZ Os motoristas aceitaram, não foi?

RA Os motoristas aceitaram em parte. Não é que eles aceitaram, mas os que estavam lá aceitaram. Mas se você for fazer uma enquete entre eles, a maioria não aceita. E não é por bons motivos que eles não aceitaram, né? Mas quem é o motorista nos aplicativos hoje? Um era veterinário, outro era engenheiro, outro era motorista de caminhão, outro era operário metalúrgico, outro era trabalhador da construção civil, outro era estudante, outro era gestor de pequena empresa, é um compósito heterogêneo de categorias sociais que, de repente, tem um carro ou aluga, tem uma moto ou aluga, tem um bicicleta e aluga e vai trabalhar.

E é muito importante entender que esta categoria, além de ser heterogênea, fragmentada, ela vem de experiências diferentes. Um operário metalúrgico, por exemplo, que virou um uberizado, ele tem a experiência das greves.

O operário, o antigo motoqueiro, tinha a experiência do sindicato dos motoqueiros. Já um engenheiro que está desempregado, ou um pequeno empresário, eles não querem saber. Os mais jovens nasceram – e a maioria é muito jovem, especialmente os entregadores – sob o signo de que o sindicato atrapalha, política é negativa e a CLT é um horror.

E isso é tudo construção ideológica das empresas para poder ter uma classe trabalhadora disponível para a exploração ilimitada. Mas muito importante

uma coisa: a luta de 1º de julho de 2020 mostra que os trabalhadores, quando a porca torce o rabo, percebem que há um problema e aí começaram a lutar.

MZ O senhor é otimista com esse movimento Breque dos apps? Porque já faz quatro anos que aconteceu...

RA Não estou sendo otimista, porque nenhum movimento operário, em toda a história do movimento operário, nasce no primeiro, segundo, terceiro ou quarto ano. Quantos anos o ABC Paulista levou para fazer greve depois das greves de Contagem e Osasco? (em abril de 1968, a primeira grande greve no Brasil após o golpe de 1964). Dez anos. Por quê? Por que eram bobos? Não. Porque era uma ditadura. Veja, pense o seguinte: se eu estou endividado, se eu alugo um carro ou compro um carro, se eu alugo uma moto ou compro uma moto, eu compro um celular e fico endividado, eu vou chegar nessa plataforma e vou começar a lutar contra ela? Não, a primeira coisa que eu quero é ganhar dinheiro e trabalhar que nem louco para pagar o carro, a moto ou o celular.

Quanto tempo a Uber está no Brasil? Ela chegou em 2014. Ela só ganhou corpo na pandemia. Em 2016, 2017 ela era pequenininha, mesmo na Inglaterra, mesmo em outros países. É que

com a explosão do desemprego na pandemia, as plataformas se expandiram.

É por isso que a Uber, a 99, a Cabify, a Lyft, a Deliveroo, como exemplos generalizados, pagavam muito mais antes. Quando você tem 10 trabalhadores ou trabalhadoras, você paga X. Quando você tem 100, você paga X menos tanto. Quando você tem 1.000, você paga 100 menos X menos Y. Quanto mais trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, desempregados, menor é o seu salário.

MZ Se a economia do Brasil melhorar, o número de trabalhadores de aplicativos também pode diminuir?

RA Não dá para dizer isso porque os salários médios do Brasil hoje estão muito baixos. Então, por exemplo, todos os trabalhadores que eu entrevistei até hoje, todos eles dizem que preferem trabalhar 12, 13 horas e tirar R\$ 5 mil, R\$ 6 mil do que trabalhar numa empresa e ganhar R\$ 3 mil, com descontos. O trabalhador só vai começar a perceber o problema se ele se acidenta e para de trabalhar, porque aí ele não tem um centavo para sobreviver. Aí ele começa a refletir. Eu tenho acompanhado as movimentações dos trabalhadores em aplicativos em Portugal, Inglaterra, Espanha, Itália, Argentina, Uruguai, Brasil. É uma categoria nova, tem apenas alguns anos.

“Autonomia é outra coisa. Se eu sou um eletricista autônomo, eu faço o serviço da sua casa, e eu quem vou dizer quanto eu cobro, quando eu posso fazer, quantos dias eu vou levar e como eu quero receber. Você fala que só vou pagar quando terminar, eu falo que não, eu preciso que você me pague antes uma parte para eu comprar material. Isso é que é ser autônomo, é elementar.” RICARDO ANTUNES

OUTUBRO

Mês das professoras
e dos professores

sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp



SINPROSP **85** ANOS



O TEATRO E A ESCOLA NA COMPREENSÃO DO MUNDO

Como as artes cênicas dialogam com a pedagogia?
Encenado pelo Grupo Prole 60 anos após o golpe de 1964, *Era uma vez um tirano*, de Ana Maria Machado, leva crianças e adolescentes a refletirem sobre a ditadura e a opressão.

Por MILENA BUARQUE

Com José Salvador Faro , Karen Ramos , Mayara Gregoracci e Natasha Meneguelli



“Uns dizem que esta história aconteceu há muitos e muitos anos, num país muito longe daqui. Outros garantem que não, que aconteceu há poucos e poucos dias, bem pertinho. Tem também quem jure que está acontecendo ainda, em algum lugar. E há quem ache que ainda vai acontecer”, anuncia a escritora carioca Ana Maria Machado nas primeiras linhas de *Era uma vez um tirano*, texto publicado há mais de quatro décadas. Clássico da literatura infantojuvenil brasileira, trata-se de uma obra que articula imagens tremendamente opostas e desconexas, como a violência e a ilegitimidade de um governo tirânico a elementos como “um arco-íris no bolso, uma canção no corpo e uma chuvarada de estrelas”.

“Uma das primeiras coisas que o tirano faz na história é pintar a cidade de cinza. Primeiro, ele elimina ideias diferentes da dele. Como ele não consegue eliminar totalmente, ele elimina as cores. Coloca tudo em cinza”, conta Fernanda Assef, atriz, educadora e uma das fundadoras do Grupo Prole, que encabeça uma adaptação do texto de Ana Maria Machado – escrito enquanto a autora esteve exilada – 60 anos depois do golpe de 1964.

Contemplada pela 18ª Edição do Prêmio Zé Renato de Teatro da Secretaria da Cultura de São Paulo, a peça *Era uma vez um tirano*, dirigida por Bete Dorgam, se junta a uma série de outras iniciativas e projetos de formação do grupo com o tema da tirania⁶, como as montagens de “Homens de Papel” (2008-2010), de Plínio Marcos, com direção de Sérgio Audi, e “Boca de Ouro”

(2012-2015), de Nelson Rodrigues, adaptação dirigida por Flavia Pucci.

Tendo o caminho sido iniciado ainda em 2017, o grupo se viu em cartaz durante o pleito que culminou na eleição de Jair Bolsonaro – candidato pelo PSL – à presidência da República. “A gente estreou ali e a gente segue fazendo esse espetáculo em várias realidades e momentos muito quentes da nossa história política e social no Brasil. Não só no Brasil, mas no mundo.”

Entre maio e agosto de 2024, a peça foi apresentada gratuitamente 24 vezes nas cinco regiões da cidade de São Paulo. Cada sessão foi seguida por debates e oficinas de jogos teatrais, reforçando o caráter pedagógico e formativo tanto da montagem quanto do texto de Ana Maria Machado, autora tida como fundamental para o pensamento pedagógico da literatura.

Na visão de Fernanda, o estímulo para que professores e professoras assistam a peças teatrais, e tenham contato com outras formas de arte e cultura cotidianamente, é essencial para o trabalho em sala de aula, ao introduzir a teatralidade como forma de ensino e aprendizagem.

“Os professores estão na linha de frente da formação intelectual. A gente às vezes se esquece da importância de cuidar da formação intelectual deles – e do prazer intelectual e do conhecimento. Se a gente esquecer disso, é muito perigoso. Eu acho que a arte tem esse lugar de lembrar do prazer estético, do prazer da criação de pensamento e da autonomia do pensamento.”

De acordo com um estudo publicado na *Revista Educação Pública* em 2022⁷, a dramatização e o jogo simbólico são atividades naturais e fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social infantil. O teatro como ferramenta pedagógica auxilia crianças e adolescentes a organizarem seus conhecimentos sobre o mundo de maneira integradora, promovendo equilíbrio entre eles e seu contexto. Nessa “brincadeira”, por assim dizer, da dramatização, há a oportunidade de internalização de conceitos complexos, como, por exemplo, o da própria “tirania”, por meio da vivência prática em um universo lúdico e simbólico.

“As crianças se descobrem na cena. Descobrem que elas têm cores diferentes, descobrem o cabelo, a pele. Percebem como é natural a diversidade. Há uma cena em que uma delas diz: ‘Hoje é o dia mais feliz da minha vida’. Algumas crianças da plateia já responderam: ‘O meu também’. É muito interessante isso, de elas se identificarem com essas descobertas”, conta Alexandre Mello, responsável pela direção musical do espetáculo.

Revisada em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que determina as aprendizagens e competências essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras, destaca que o ensino de arte, incluindo o teatro, contribui para a autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos alunos, ampliando a compreensão crítica e sensível de crianças e adolescentes sobre o mundo ao seu redor. O senso de empatia, endossado pelo ato de “estar na pele” de outros personagens, também é reforçado como um aspecto positivo da sensibilidade nas atividades teatrais.

Na adaptação de *Era uma vez um tirano*, a ideia de autonomia passa por escolhas cenográficas minimalistas – três painéis de madeira, com uma janelinha – e figurinos um tanto simples. “Cada um tem uma cor e, depois, colocamos um jaleco de fábrica por cima. Porque a construção toda está no nosso imaginário. Inclusive na iluminação, que é mágica, potente e muito palpável, a protagonista da peça, na minha visão. Eu, criança, que o tempo todo sou colocada como algo menor dessa sociedade adulta, posso fazer isso. Será que se eu ligar um abajur em casa vai dar um efeito parecido? Ou seja, dá uma autonomia para a criança muito legal”, diz Fernanda.

Para o ator e diretor de teatro Sidney Santiago, o caráter artesanal do teatro pode ser colocado em oposição a uma educação contemporânea que, sobretudo nos últimos anos, tem se aproximado cada vez mais de telas e dispositivos móveis.

6. <https://www.grupoprole.com.br/pecas>

7. “Prática teatral para a educação das crianças – algumas contribuições pedagógicas”, por Cleibiane Susi Peixoto, Cleiliane Sisi Peixoto e Luciana Costa Loureiro, em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/34/pratica-teatral-para-a-educacao-das-criancas-r-alguas-mas-contribuicoes-pedagogicas>.

QUEM É ANA MARIA MACHADO
Ana Maria Machado é uma das mais importantes escritoras brasileiras contemporâneas, com uma carreira marcada por uma vasta produção literária que abrange obras para crianças, jovens e adultos. Nascida em 24 de dezembro de 1941 no Rio de Janeiro, Ana Maria iniciou sua carreira como pintora, mas logo migrou para o jornalismo e, posteriormente, para a literatura. Fundamental para o pensamento pedagógico literário, ela publicou mais de cem livros no Brasil e em mais de 17 países, somando mais de 18 milhões de exemplares vendidos. Professora laureada com prestigiosos prêmios, Ana Maria recebeu o Hans Christian Andersen em 2000 — considerado o Nobel da literatura infantil — e o Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 2001, pelo conjunto de sua obra. Em 1993, tornou-se *hors-concours* dos prêmios da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

A escritora carioca ocupa a cadeira número 1 da ABL, instituição que presidiu de 2011 a 2013. Durante seu mandato, ela deu especial ênfase a programas sociais que visavam expandir o acesso ao livro e à leitura nas periferias e comunidades carentes.

“A peça, nesse sentido, é artesanal, não há projeção. A criança vê o Alexandre tocando, fazendo a trilha. Tem um lugar de acesso a uma tecnologia, que é a tecnologia real, da manipulação, da brincadeira, do encontro do humano, dessas trocas. Essas crianças estão muito distanciadas, estão muito em telas, né? Você tem toda uma indústria de conteúdos para crianças que vai educando essas subjetividades”, afirma o ator, que também é pesquisador, sociólogo e um dos fundadores do grupo teatral Cia Os Crespos⁸.

O uso do teatro na pedagogia, tanto em aulas de educação artística quanto na interpretação de textos em disciplinas de língua portuguesa ou literatura, permite o aprofundamento de habilidades sociais e de cooperação que são, de acordo com a UNESCO⁹, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para uma sociedade mais pacífica e sustentável – e, é claro, em uma linha brechtiana¹⁰, para a sua permanente transformação, quando visto como uma ferramenta poderosa para a formação da criticidade e do engajamento.

“Desde que ele proibiu tudo, não se podia ter mais papel escrito, nem desenho, nem cantiga, nem música, nem dança que contasse nada. Por isso, uns se esqueceram de tudo. Outros confundiram tudo. E, se não fosse pelas três crianças, nem sei o que aconteceria...”

ANA MARIA MACHADO, em *Era uma vez um tirano*

8. Há quase duas décadas, a Cia Os Crespos “tem se dedicado apaixonadamente à construção de um discurso poético, que mergulha nas complexidades da sociabilidade do indivíduo negro na contemporaneidade”. Veja mais em <https://www.ciaoscrespos.com.br/>.

9. Veja mais em “UNESCO - Guia para Educação Transformativa através das Artes (2024)” <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388701> e “UNESCO - Framework para Educação em Cultura e Artes (2023)” <https://www.unesco.org/en/articles/framework-culture-and-arts-education>

10. Para uma discussão mais aprofundada sobre as ideias do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht no contexto pedagógico, uma boa referência é o livro “Brecht on Theatre: The Development of an Aesthetic”, de autoria do próprio Brecht, editado e traduzido por John Willett.

“Há uma precariedade que se contrapõe a essa grandiosidade que os jogos e os streamings apresentam para as crianças. O precário como uma linguagem mesmo. Tudo vai sendo feito na frente do público, tudo é simples e passa a sensação de que também é possível de ser feito. Há um encontro com uma certa humanidade aí”, conta Sidney.

Empatia, comunicação, autonomia, colaboração e criatividade. Na visão de Bruna Aragão, cofundadora do Prole, as telas geralmente produzem uma alienação que não conduz à criatividade, com exceção de algumas poucas e boas produções audiovisuais. “O teatro desperta o ímpeto da criação. A decisão de criar, estimula o pensamento crítico e permite metáforas”, afirma.

No palco, cada um dos atores vive seu momento como tirano, um boneco que não possui cabeça. Para Fernanda, tanto o espetáculo infantojuvenil – aliás, primeira imersão do grupo nessa faixa etária – quanto as outras montagens do Prole possibilitam que todos nós compreendamos as “nossas pequenas tiranias” e certa necessidade social pela existência de um vilão. “E também a maneira como as crianças reagem a tudo isso, a cada tirano. Algumas delas ficam com medo, começam a brigar e gritar. Ou chegam até a rir do tirano.”



ERA UMA VEZ UM TIRANO

de Ana Maria Machado

Direção: Bete Dorgam

Adaptação do texto: Grupo Prole

Elenco: Angela Ribeiro, Bruna Aragão, Fernanda Assef e Sidney Santiago

Stand In: Katia Naiane e Diego Garcias

Música ao Vivo e

Direção Musical: Alexandre Mello

Cenário e Figurino: Grupo Prole

Iluminação: Felipe Tchaça

Técnico de Som e

Músico stand In: Danilo Pinheiro

Assistência de Direção: Katia Naiane



A diretora BETE DORGAM indica 10 filmes que dialogam com *Era uma vez um tirano*. A relação integra parte dos materiais utilizados pelo elenco durante a adaptação da peça.

1. *Brazil, o Filme* (1985), dir. Terry Gilliam
2. *Fahrenheit 451* (1966), dir. François Truffaut
3. *1984* (1984), dir. Michael Radford
4. *Mephisto* (1981), dir. István Szabó
5. *Terra em Transe* (1967), dir. Glauber Rocha
6. *A História Oficial* (1985), dir. Luis Puenzo
7. *Pra Frente Brasil* (1982), dir. Roberto Farias
8. *O Grande Ditador* (1940), dir. Charlie Chaplin
9. *Dr. Fantástico* (1964), dir. Stanley Kubrick
10. *O Ano em Que Meus Pais Saíram de Férias* (2006), dir. Cao Hamburger

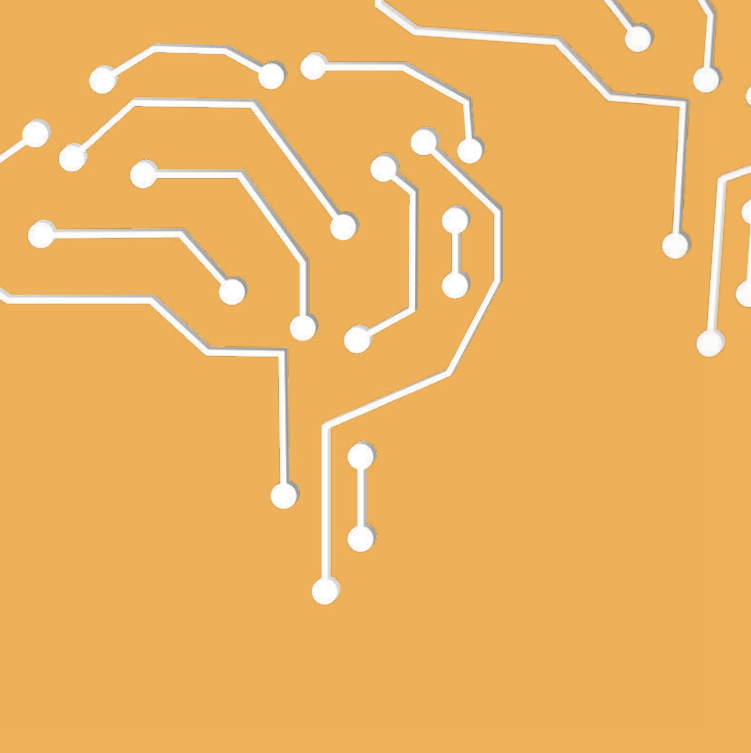
—trabalho

Sérgio Amadeu vem ao SinproSP discutir Inteligência Artificial e, com o dedo em riste, levanta a voz:

“Big Techs manipulam informações, violam a soberania dos Estados, enfraquecem a democracia e transformam inteligência artificial em instrumento ideológico contra o livre-pensamento e a ciência. A sociedade precisa regular isso.”

REPRODUÇÃO

Sérgio Amadeu



A pergunta feita pela direção da GIZ a Sérgio Amadeu para abrir a discussão: Como é que você vê essa expansão da inteligência artificial? Ela é uma coisa fora de controle que está trazendo um risco para a atividade intelectual, individual, dos atores sociais, em especial da produção científica e produção educacional. Como é que você vê esse cenário que é descrito de maneira catastrófica pelo Yuval Harari?

SÉRGIO AMADEU: “Se não conseguirmos estabelecer um grau mínimo ou razoável de autonomia, ficaremos cada vez mais dependentes economicamente, sem possibilidade de autodeterminação política”. Os provedores dominantes da inteligência artificial (IA) generativa, pertencentes a grandes empresas de tecnologia como Alphabet, Meta e OpenAI, são amplamente criticados por não permitirem que seus sistemas sejam submetidos à revisão acadêmica independente, além de suas tecnologias fundamentais serem protegidas como propriedade intelectual corporativa.



É bom receber o professor Sérgio Amadeu no Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP): figura de reconhecimento ético e profissional de ponta nas discussões sobre os rumos que a sociedade tecnológica vai tomando entre nós, sua sensibilidade está atenta pelo mais delicado de seus efeitos: o da Inteligência Artificial, uma incógnita sobre o futuro que o deslumbramento com a operatividade dos Chat GPT esconde.

Esta é a 2ª vez que Sérgio vem ao SinproSp para discutir IA. Na 1ª oportunidade, no lançamento do 1º número da nova fase da GIZ, participou do debate em torno do livro ‘Colonialismo Digital’, de autoria de Devison Faustino e Walter Lippolo, lançado pela Boitempo.

O convite a Sérgio Amadeu agora para participar do debate transcrito aqui foi feito a pretexto da resenha da jornalista Patrícia Campos Mello sobre o livro de Yuval Noah Harari - Nexus: uma breve história das redes de informação - publicada no jornal Folha de S. Paulo. O resultado das discussões sinaliza para a necessidade de luta contra um estado de prostração social decorrente de um sistema de poder que tem no controle da informação o pior efeito do totalitarismo: a dissolução do indivíduo em redes de manipulação a serviço de empresas que nos seduzem por sua agilidade praticista e utilitária. É o capitalismo na sua forma mais delgada e sinuosa, disfarçado e letal para a democracia.

Isto é o que aponta o levantamento global da UNESCO “Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa”, que traz dados, análises e reflexões com o objetivo de embasar políticas de longo prazo na garantia de abordagens centradas no ser humano.

O documento ainda defende que, embora a IA generativa possa aumentar as capacidades humanas em realizar certas tarefas; há uma democracia limitada de controle por parte dessas organizações privadas, o que levanta a questão da regulamentação. Principalmente do acesso e uso de dados nacionais, de instituições e indivíduos, bem como gerados no território dos países, e que é necessária legislação que garanta algum controle do governo local como um bem público.

“Como sempre diz a professora Fernanda Bruno, da UFRJ, enquanto a gente tem que passar as pesquisas que a gente faz por comissões de ética, o que sem dúvida nenhuma está correto, essas Big Techs estão fazendo experimentos com os dados que elas têm de todos nós e sem controle de ninguém”, explica Sérgio Amadeu. “Apenas para monetizar aquilo que é, ou que são, os dados que eles têm e a atenção que eles acabam acumulando dos seus usuários”.

Para ele, não é possível para um adolescente ou um adulto hoje não utilizar esses dispositivos. “Nós temos nossas mediações e interações sociais realizadas por essas corporações. Isso é um fato inédito na história”. Amadeu também analisou as perspectivas de Yuval Noah Harari, autor de “Sapiens”, que defende que a IA é a tecnologia humana mais poderosa da história em seu novo livro, “Nexus: Uma Breve História das Redes de Informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial”, assim como tentativas de regulamentação por parte da União Europeia.

SÉRGIO AMADEU: A ideia de que os sistemas tecnológicos contemporâneos trazem em si, sempre, um cálculo de risco, vem de antes da popularização da internet. Vem de sociólogos como Ulrich Beck, que já no século passado dizia que essa lógica de industrialização, de tecnologias altamente complexas, levaria à necessidade de criar dispositivos de proteção contra os riscos

“
A gente está em um mundo onde os dados são o insumo principal da Inteligência Artificial. E nós não estamos sendo capazes de mantê-los em nosso próprio país, sob controle de nossa jurisdição e sob a análise de nossas comissões de ética”.

SÉRGIO AMADEU

que elas trazem. O que, portanto, faria com que nos acostumassemos com catástrofes e com a procura dos responsáveis pelas falhas o tempo todo. E nós vemos isso acontecer agora num cenário digital cada vez mais organizado por sistemas algorítmicos.

Estes, que são chamados pelo mercado e pela ciência de inteligência artificial, na verdade são, na sua abordagem hegemônica, o uso de modelos estatísticos probabilísticos aplicados e bordados sobre máquinas com alto poder computacional. Isso precisa ficar claro. Nós não estamos falando de nada inteligente. E é aí que eu me separo do Harari. Ele traz em si uma ideia um pouco ficcional que eu particularmente não tenho. Eu acho que o grande risco mesmo é que esses sistemas automatizados estão cada vez mais concentrados em grandes oligopólios digitais, em oligopólios gigantesco, e que estes sim tomam decisões e atuam no sentido de colocar em risco a democracia.

E, obviamente, a complexidade de cada vez mais máquinas, processadores, e sistemas tecnológicos que visam fazer previsões, criarem métricas e realizar o sonho de eliminar a incerteza, faz com que aconteçam coisas como, recentemente, uma atualização contra ataques feita pela própria Microsoft. Com base no aprendizado de máquina, essa atualização gerou uma falha, um ataque ao sistema. Isso quer dizer que aquele dispositivo que visava proteger o sistema contra ataques foi o que atacou. Por quê? Porque cada vez mais você tem o uso amplo de grandes modelos treinados com milhões de dados, bilhões de registros, e

que precisam ser ajustados por parâmetros, por medidas matemáticas, e nem sempre nós somos capazes de fazer esses ajustes. Isso gera o que comumente é chamado de alucinação estatística. O que é muito comum para quem usa o Chat GPT.

Você faz uma pergunta para o Chat: me dê três livros do autor X. Ele responde com uma lista que tem um livro que realmente existe e inventa outros dois. Porque ele não está completamente modelado.

Como esses sistemas são cada vez mais velozes, cada vez mais profundos, com capacidade de cruzamentos absurdos, é que nós vemos, infelizmente, o exército ou as forças de defesa de Israel organizarem ataques pessoais, com alvos previamente definidos, assim como a publicidade escolhe, no Facebook, alvos. Então eu não concordo com o Harari que elas estão tomando decisões. Quem tomou a decisão de atacar, por exemplo, nesse caso de Israel, foram pessoas, foram humanos. Quem faz os ajustes são humanos. Então, eu acho que o que ele faz é um sensacionalismo.

J.S.FARO: Raymond Williams chama a televisão de uma forma cultural. E ele evita resumir o papel que a televisão tem no sentido de programação, de episódios, a parte econômica. Ele fala que é um sistema cultural que, apesar da sua serialização, apesar da sua diversidade, nos vários canais, ela estabelece uma forma cultural hegemônica. É muito interessante a sintetização dele de uma

“O Chat GPT é feito para o capitalismo, ele vem na lógica dos sistemas automatizados, superar a necessidade do trabalhador. Que é o sonho do capitalismo, poder se reproduzir sem o capital variável, sem o trabalho.”

SÉRGIO AMADEU

“Não temo que a inteligência artificial venha dominar o humano, mas que ela venha precarizar o trabalho de uma maneira absurda. Precisamos colocá-la a serviço da democracia, da população, dos trabalhadores. Porque ela vem aí para dar mais lucro para quem já lucra e para retirar dinheiro daqueles que trabalham”.

SÉRGIO AMADEU

mídia através dessa definição. Eu penso que nós estamos diante, quando a gente fala de Inteligência Artificial, de uma forma cultural que fragmenta o mundo e impede o usuário de olhar para o complexo. Ela simplifica o mundo. O todo escapa da compreensão do cidadão comum, e até do próprio cientista, que se vê isolado neste universo de especializações. Penso que o que está morrendo é a capacidade de subjetivação do mundo que.

Eu concordo com você que o Harari faz um estudo um pouco deslumbrado com as possibilidades de que as contradições que ele aponta sejam solucionadas no liberalismo. Ele passa o tempo todo criticando o fascismo, criticando o comunismo, criticando o socialismo, e quando ele fala no liberalismo ele faz uma concessão, como se dentro do liberalismo não existisse um estado. Como você vê esse aspecto?

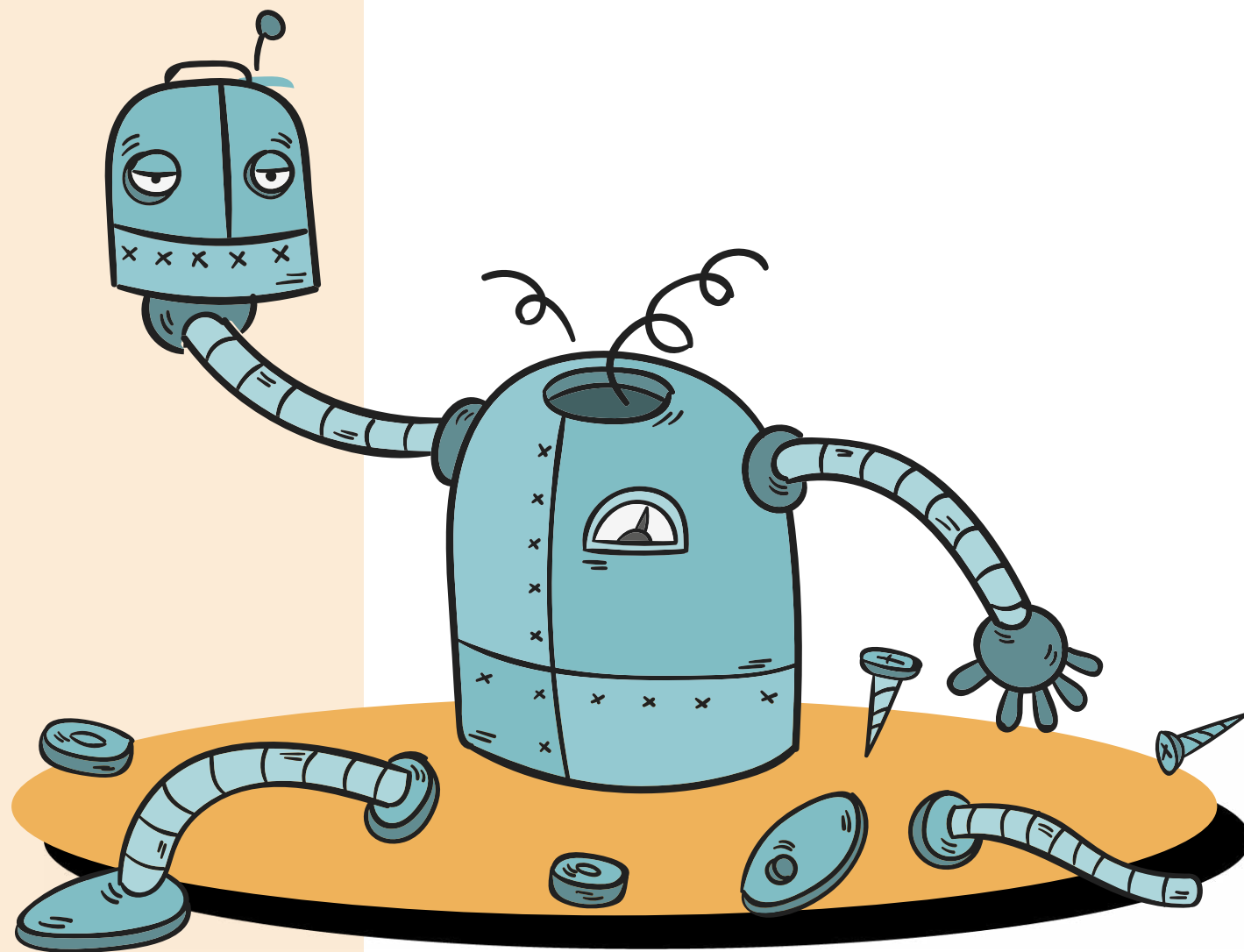
SÉRGIO AMADEU: Faro, concordo com você, mas não sei se é uma morte ou uma captura e uma reinversão. Porque o indivíduo vai tendo que tomar contato com todo esse aparato tecnológico controlado pelas Big Techs ou pelos oligopólios digitais. Não dá hoje para um adolescente não utilizar esses dispositivos. Não dá nem para um adulto. Nós temos nossas mediações e interações sociais realizadas por essas corporações. Isso é um fato inédito na história.

As plataformas estão sujeitando as pessoas a esse tipo de prática, mesmo que você não produza o conteúdo em si, eles pegam os que dão mais frequência para alguns do

que para outros e vão criando modelagens de sujeição. É onde surge o sujeito que se submete a isso, vai construindo a sua vida de sujeições e se torna esse sujeito das plataformas. Esse sujeito das plataformas que está convivendo com uma crise ambiental que vai destruir o planeta, sem nenhum exagero, onde as pessoas que têm asma e moram em São Paulo estão vendo um ar carregado de fumaça trazida das queimadas que os ruralistas e os neofascistas do campo estão promovendo. E as plataformas estão discutindo coisas aleatórias, milhares de coisas. E isso tudo é visto, por uma parte deles, como um capitalismo que não pode ser liberto das suas amarras estatais.

LIDIANE CHRISTOVAM: Saiu uma matéria na revista da Fapesp em que o título era “As universidades discutem regras de uso de Inteligência Artificial”. A pergunta que eu te faço é: o que de fato você acredita que deveria estar sendo discutido e que de fato não está sendo discutido?

SÉRGIO AMADEU: Eu acho que tem várias questões que a gente deveria estar discutindo nas nossas universidades, mas a primeira delas é que nós não estamos protegendo os dados dos nossos pesquisadores, das nossas estudantes e dos nossos estudantes. A gente está em um mundo onde os dados são o insumo principal da Inteligência Artificial. E nós não estamos sendo capazes de mantê-los em nosso próprio país, sob controle de nossa jurisdição e sob a análise de nossas comissões de ética.



“A redução da universidade à formação de empresários é coisa de quem nunca estudou direito, que não sabe o que é ciência. Ele está submetido à ideologia neoliberal e é um alienado técnico.”

SÉRGIO AMADEU

Como sempre diz a professora Fernanda Bruno, da UFRJ, enquanto a gente tem que passar pesquisas que a gente faz por comissões de ética, o que sem dúvida nenhuma está correto, essas Big Techs estão fazendo experimentos com os dados que elas têm de todos nós e sem controle de ninguém. Apenas para monetizar aquilo que é, ou que são, os dados que eles têm e a atenção que eles acabam acumulando dos seus usuários.

É uma ilusão, como diz a pesquisadora José van Dijck, achar que esses dados são neutros e que as empresas que cuidam desses dados são neutras também. Elas têm interesses, e já estão mostrando, efetivamente, que querem transformar as suas métricas em regras gerais do planeta.

A primeira coisa nas universidades seria, no mínimo, reivindicar do MEC Data Centers distribuídos. Mas o MEC hoje, será que ele está interessado nisso, ou ele está subordinado à visão do Lemann, que é um cara que aposta tudo no neoliberalismo, em transformar escola em empresa, em colocar dados nas mãos das Big Techs? Será que o MEC não poderia ver o absurdo que é as nossas universidades terem as suas pesquisas na mão de uma Big Tech? Que nós sabemos que entregam esses dados para a NSA, no mínimo, e que a NSA não persegue só terrorista. Eles invadiram a caixa postal da Angela Merkel. O Snowden mostrou isso, é que as pessoas esquecem disso.

E a segunda coisa é discutir que nunca foi tão importante a ética como elemento aplicado à educação. Por que eu digo isso? Porque um Chat GPT pode agilizar um escritório de advocacia, ele pode melhorar a redação de um jornal, ele pode fazer coisas automatizadas para os sindicatos, pras empresas, sem dúvidas. Ele eleva a produtividade. Aliás, essa é a lógica da IA realmente existente. É elevar a produtividade.

Só que produtividade e educação são coisas que não combinam. Todos nós aqui sabemos. Eu preciso que um aluno aprenda e que tenha vontade de aprender. E não um aluno produtivo. Ele é um trabalhador, então? Será que é produtivo para o meu aluno, ao invés de ele ler um texto do Machado de Assis, passar pelo GPT e ter resumos prontos de cada capítulo? Se a gente vai discutir com esse aluno ou essa aluna, a gente tem que dizer que a inteligência artificial, os grandes modelos

de linguagem, estão sendo utilizados para emburrecer as pessoas. Para retirar habilidades das pessoas.

Então não adianta falar ‘tenho pressa’. Eu vejo algumas pessoas aí falando ‘mas não importa mais ler, o importante é o resultado’. Gente, pelo amor de Deus. A leitura é fundamental, a escuta é fundamental, a compreensão, a interpretação, a capacidade de fazer. Nós precisamos discutir isso, do ponto de vista de uma ética em si, porque é uma ética aplicada à realidade. Se a gente não discutir com os alunos, e os alunos acharem que a gente tá só dando lição de moral, nós teremos um país cada vez mais de pessoas despreparadas. Pessoas que sabem usar prompt do GPT, mas não sabem fazer mais nada além disso.

‘Ah, o GPT agiliza tudo isso’. Não, o GPT é feito para o capitalismo, ele vem na lógica dos sistemas automatizados, superar a necessidade do trabalhador. Que é o sonho do capitalismo, poder se reproduzir sem o capital variável, sem o trabalho. Ele não quer formar mais ninguém.

SILVIA BARBARA: Como cada país pode regulamentar um fenômeno que é global? E como é a sua visão sobre a soberania nacional dos dados brasileiros?

SÉRGIO AMADEU: A questão da regulamentação das plataformas é uma necessidade de defesa da democracia e da diversidade no planeta. Essas plataformas adquiriram uma dimensão que só é inferior em poder econômico a alguns poucos estados. Elas têm mais força por ter um faturamento maior e por ter uma influência num conjunto de pessoas e de estados nacionais que é extremamente preocupante. E elas se colocam, como lembrou o Evgeny Morozov, como solucionistas.

Não são as velhas empresas de petróleo que em muitos lugares do mundo eram odiadas. Em geral, o sucesso desses oligopólios, dessas Big Techs, vem do fato delas oferecerem interfaces gratuitas, resolverem coisas cotidianas das pessoas, e elas fazem isso extraindo dados sobre o comportamento dessas mesmas pessoas. Não há nenhum Estado Nacional que tenha mais dados sobre a população de um país do que o Google. Não há nenhum estado que também tenha mais dados do que o Facebook. E o Facebook não passa os dados que ele tem do Brasil para o Google, nem o Google para o Facebook, muito menos para Microsoft, muito menos para Amazon.

Você tem grandes grupos com inúmeras empresas que se articulam e que começam a querer conduzir a economia e a política do planeta. Esse é o problema. Então, nós vimos recentemente o Elon Musk. Ele pegou o Twitter e fechou o capital exatamente para não prestar contas para nenhum conselho acionário, e para transformar o Twitter no X, que é o seu brinquedinho de apoio à extrema direita. Todo mundo sabe que ele quer ser um líder da extrema-direita mundial. Ele não é sério, ele subordina interesses comerciais da empresa aos seus interesses políticos.

Nós precisamos regular essas plataformas, porque senão, o regulamento que vai continuar existindo é o regulamento deles, dos seus acionistas e dos seus diretores. E é preciso tratados internacionais que coloquem limites no poder das plataformas. E é inegável que a gente tem hoje as tecnologias perpassando uma série de atividades fundamentais do nosso cotidiano, da nossa economia. Então, se não conseguirmos estabelecer um grau mínimo ou razoável de autonomia, ficaremos cada vez mais dependentes economicamente, sem possibilidade de autodeterminação política. E eu não estou falando de uma soberania Hobbesiana, que o Estado tudo pode. Mas de uma sociedade que tem o poder de reversão das coisas que ela aprova. E toda vez que eles levam os nossos dados para fora ou que trazem tecnologia para cá e não querem deixar a gente controlar, isso é inaceitável.

LIDIANE CHRISTOVAM: Existe hoje o PL 2338/2023, que fala sobre o uso de inteligência artificial. Ele tem quatro alicerces: estabelecer normas de uso de IA; a proteção dos direitos fundamentais; a questão da governança e a supervisão; e o combate à inovação. Na última audiência pública que a gente teve, quando, por sinal, foi protelado o projeto, o mesmo discurso que a gente ouviu sobre a PL das Fake News foi o que foi falado pelas pessoas. O que você tem a dizer sobre isso?

SÉRGIO AMADEU: Os grandes modelos de Inteligência Artificial custam para ser treinados. Em hora máquina dos Data Centers, que são os lugares onde as nuvens existem na prática, o que se estima é que você chega a ter modelos que já custam 98 milhões de dólares. Não

há, praticamente, uma universidade brasileira, francesa, inglesa, que tenha esse dinheiro para treinar um modelo desse tamanho. Na verdade, o que eu estou chamando de atenção é que a inteligência artificial existente está concentrada na mão de poucas empresas, não chegam a dez no mundo. Praticamente todas as empresas que aparecem quando você busca por ferramentas de inteligência artificial usam interfaces de programação do modelo de uma dessas grandes empresas. Na verdade, elas melhoram e treinam o modelo já pré-treinado por essas grandes empresas.

Desde 2014, segundo um relatório da Universidade de Stanford, os modelos de machine learning mais significativos já estão sendo desenvolvidos exclusivamente dentro das empresas. Isso quer dizer que as universidades estão fora, elas já não conseguem ser a principal proponente no campo da Inteligência Artificial, e isso é grave.

Essas empresas gigantescas não querem mais só desenvolvimento e negócios, elas querem poder, então elas não querem nenhum limite para onde elas querem caminhar. E aí quando elas dizem que se limita a inovação, limita mesmo. Tem inovação que nós não aceitamos. E o que é a inovação? Pegar essa capacidade de extrair padrões e usar para determinados fins comerciais. Eu não aceito todos os fins comerciais. 'Ah, toda inovação é válida'. Mentira, porque as pessoas confundem inovação com criatividade e inventividade, e são palavras diferentes. Estas eu acho que a gente não pode bloquear, e estão em todos os lugares, na academia, nas artes.

Mas tem algumas coisas que a gente não aceita, como, por exemplo, fazer um algoritmo que detecta quem é ideologicamente favorável a determinado tipo de postura. Vai ganhar muito dinheiro com isso? Sim. Mas isso é crime, usar civis para fins militares. Fazer coisas que prejudiquem as pessoas, eu sou contra. Sou contra tecnologias que destruam direitos humanos, que agredam com violência a diversidade, o gênero.

Eu era membro do Comitê de Gestão da Internet do Brasil, e ouvi de um conselheiro a seguinte questão: que as universidades brasileiras são ruins porque deveriam ser totalmente voltadas à construção de startups. Nem tinha fundamento porque o CGI não

“Agora, o que acontece é que os professores devem ter clara a noção de que o uso desse alto poder computacional pelas grandes empresas visa deslocar a atividade que é insubstituível daquele que vai orientar a criança ou adolescente em sala de aula”.

SÉRGIO AMADEU

trata de educação, mas registrei minha posição do que conheço, poderia falar por horas sobre colegas de federais, universidades públicas, que são cientistas incríveis mas que mal conseguem chamar um motorista de aplicativo. Ele é genial na área que pesquisa, mas não é um gestor. Esse cara nunca vai ser um empresário. A redução da universidade à formação de empresários é coisa de quem nunca estudou direito, que não sabe o que é ciência. Ele está submetido à ideologia neoliberal e é um alienado técnico.

A ciência não pode estar na mão do capital. Nós que trabalhamos com ciência, com educação, não podemos estar na mão do capital, e muito menos da inovação.

SILVIA BARBARA: Em março, a União Europeia aprovou uma Lei que tentou controlar exatamente as grandes empresas de tecnologia. Isso está surtindo efeito? Deu para incomodar?

SÉRGIO AMADEU: A União Europeia começou a atuar com controle econômico das Big Techs, fez inúmeras ações, já deu muitas históricas no grupo Meta, no grupo Alphabet. Só que eles estão percebendo que isso só não adianta, e por isso que existe uma movimentação sobre tributação, porque essas empresas não pagam os impostos que deveriam. Além disso, vão começar a fazer restrições, inclusive de retirada de dados. Algo

que o Brasil também precisa fazer. A China, olha que curioso, nunca impediu que empresas americanas competissem em solo chinês, mas sempre impediu que tirassem dados do solo da China.

O que está acontecendo hoje não é uma digitalização, simplesmente, é uma economia baseada em dados. E por isso que ela é tão danosa ambientalmente. O gasto de energia dos Data Centers hoje, para armazenar esses dados que são coletados excessivamente, o tempo todo, para criar essas métricas malucas, é extremo. São cada vez mais Data Centers de hiperescala. Um destes Data Centers, o de Dalles, às margens do Rio Oregon, um dos do Google, consumiu em 2022 um terço do consumo de água da cidade para refrigerar os seus computadores, 355 mil galões de água.

O impacto de emissão de carbono dos Data Centers e do uso de Inteligência Artificial já é superior ao da aviação civil. O gasto de energia, de água e a emissão de carbono mostra que esse modelo de inteligência maquínica baseada em dados, em coleta permanente, persistente, é insustentável ambientalmente. 'Ah, vamos fazer placas mais eficientes'. Já fizeram. A placa da NVidia, já não consome quase nada, só que não adianta, porque isso gerou uma compra maior de placas e um maior armazenamento de dados. Uma pergunta no chat GPT gasta o equivalente a 10 minutos de uma lâmpada de 19 watts. Insustentável.

IBERÊ MORENO: Principalmente pensando no processo histórico, o neoliberalismo é o resultado onde tudo é mensurável. Eu gosto muito da expressão que o Grégoire Chamayou usou em ‘A Sociedade Ingovernável’, do gerencialismo. Porque é isso. As coisas deixam de ser pensadas, trabalhadas, e passam a ser só gerenciadas. Tanto que, quando a gente pensa na soberania da informação, eu penso muito aqui na própria economia da atenção, que se tornou o grande capital. Virou uma especulação da especulação, essas empresas não tem valor porque elas produzem algo material, elas têm valor porque elas têm uma informação que pode alterar a atenção.

O quanto você consegue entender que a própria China, por exemplo, tem de percepção desse processo econômico pelas escolhas que foi fazendo de se tornar cada vez mais produtora material, ao invés de entrar nessa disputa financeira? O quanto isso afeta o mercado de trabalho e a educação no seu sentido de formação superior? Há uma saída para a formação cada vez mais tecnocrática? Principalmente dentro das universidades privadas.

SÉRGIO AMADEU: Eu acho que você tem, nitidamente, uma ação desses oligopólios digitais pela formatação da subjetividade. E eles fazem isso, num primeiro momento, pelo controle da atenção. Para controlar a atenção nisso que já foi chamado de dilúvio informacional, e sem dúvida nenhuma existem muitas opções para chamar atenção. Você vai criando um padrão de espetacularização. Que inclusive os próprios algoritmos incentivam.

A internet vai gerando o mesmo padrão, a mesma forma. Trabalhando com essa ideia da gamificação, sempre te dá uma recompensa se você for chegando mais perto. É toda uma lógica que eles viram que pega num certo tipo de indivíduo, num certo tipo de sociedade capitalista, e eles aprofundaram isso. Eles vão sedimentando o senso comum com isso. Eles tratam dessa captação de perfis e controle da atenção com o objetivo de controlar o futuro, controlar o comportamento que vem.

Essa técnica de grande modelos de linguagem está formada para tentar prever as possibilidades da palavra seguinte. A própria lógica disso é preditiva, mas ela se baseia e cria padrões sobre elementos já existentes, tornando a diversidade cada vez mais reduzida, e não mais ampliada.

A China, sem dúvida nenhuma, apostou na industrialização, mas ela também tem empresas espelho das Big Techs americanas. Ela também tem um setor financeiro poderoso. O Tik Tok, por exemplo, tem um algoritmo de controle da atenção com ganchos que as outras não conseguem ter. Por que os Estados Unidos aprovou no Parlamento a obrigatoriedade da empresa ByteDance vender o Tik Tok para o controle acionário norte-americano?

Isso é uma piada para o país que diz que tem liberdade de expressão, é um país de ladrões, porque obriga a empresa a vender. Senão ela é proibida de atuar lá e eles vão tomá-la. É ali que você vê que o liberalismo americano sempre ruiu. Na hora que eles perdem eles vão no militar, na mão grande, na agressividade.

Eu vejo que as tecnologias, a maior parte delas, são ambivalentes. A gente tem condição de fazer com que essa ambivalência nos permita criar soluções que ampliem a diversidade, e não reduza.

J.S.FARO: Você pensa nas condições de uma articulação dos professores pela regulamentação da IA?

SÉRGIO AMADEU: Várias categorias profissionais estão se articulando, por causa dessa precarização do trabalho e pelo desvirtuamento das atividades que os sistemas automatizados estão trazendo. Existem vários grupos discutindo a necessidade de colocar regras e de que esses sistemas automatizados estejam à disposição, por exemplo, do profissional, do professor, do jornalista, e não o contrário. Porque o que está acontecendo é uma subsunção.

Agora, o que acontece é que os professores devem ter clara a noção de que o uso desse alto poder computacional pelas grandes empresas visa deslocar a atividade que é insubstituível daquele que vai orientar a criança ou adolescente em sala de aula.

Se a gente não discutir isso, se a gente mistificar, a coisa vai ficar muito ruim. Precisamos ganhar o conjunto da categoria para que a gente pergunte o seguinte: o que algo automático e automatizado pode melhorar na educação? O que a extração veloz de padrões pode melhorar a educação?

Eu vejo, por exemplo, a capacidade de uma criança ou adolescente de se concentrar diante de uma tela de computador para poder fazer qualquer que seja a atividade na vida. Sem o professor, ele não vai (conseguir?).

Agora, a Inteligência Artificial pode me ajudar a preparar uma aula para amanhã? Pode. Mas você tem tempo para isso? A escola está dando tempo para isso ou a escola está fazendo o que o governador do Paraná está fazendo, powerpoint motivacional para o professor escolher qual ele quer apresentar para os alunos. Há obrigação de usar isso? As categorias podem e devem enfrentar isso, devem ter um protocolo efetivo de uso da Inteligência Artificial, e isso tem que virar pauta sindical, tem que virar reivindicação da categoria.

Porque a inteligência artificial, eu não temo que ela venha dominar o humano, mas que ela venha precarizar o trabalho de uma maneira absurda. Precisamos colocá-la a serviço da democracia, da população, dos trabalhadores. Porque ela vem aí para dar mais lucro para quem já lucra e para retirar dinheiro daqueles que trabalham.

J.S.FARO: constituiu-se uma ideia de funcionalidade das práticas. O aluno que vai ler o Machado de Assi está mais preocupado pela praticidade daquilo que ele está aprendendo. Eu dou aula no curso de jornalismo da PUC, já bastante tradicional, e existe uma tendência do alunado mesmo de se afastar da cultura letrada e que reinventa o mundo para o capitalismo de resultado, o capitalismo funcional.

SÉRGIO AMADEU: Quando você pega o jornalismo de balcão, ou bancário, do Paulo Freire, educação bancária,

tudo isso aí você pode substituir por sistema automatizado. Você pega um sistema pronto e vai. Agora, se ele tiver que configurar o R, aí ele já não sabe. Tenho que chamar o cabeçudo, o cara que sabe.

E o jornalismo não é exclusivamente reportagem, mas eu diria que é a sua essência. Por exemplo, quando a Marielle Franco foi assassinada pela milícia no Rio de Janeiro, a extrema direita cravou nas redes que ela era mulher do Marcinho VP. Quem desmontou isso? Na internet? Na internet você não desmonta isso nunca. Você desmonta isso indo na comunidade, entrevistando os vizinhos, entrevistando os caras que são do crime, entrevistando todo mundo. E disseram que ela nunca nem conheceu o Marcinho VP. Cravou a reportagem. E aí se descobriu que a juíza que lançou isso tem vinculações com a extrema direita. Isso é reportagem, isso é jornalismo. Você não vai fazer isso com um sistema de linguagem, um LLM, um Large Language Model. Nunca.

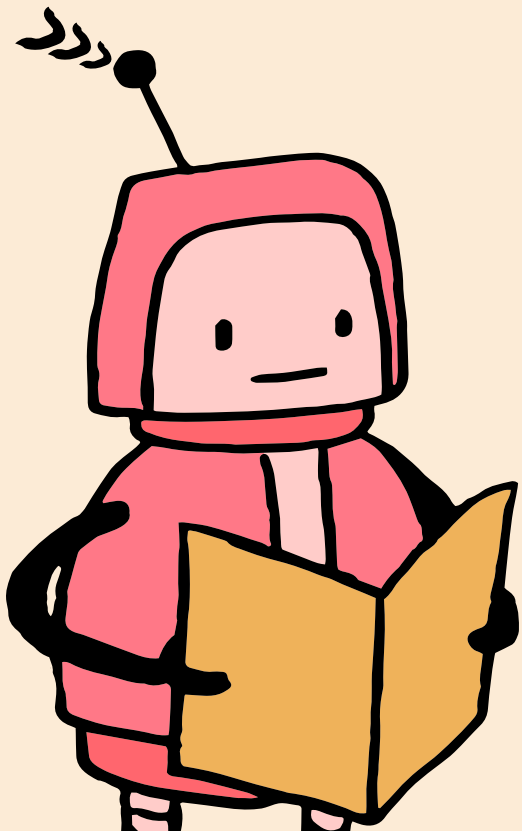
E eu não estou dizendo que não se deve usar, isso aumenta a produtividade de algumas áreas, mas que na educação, uma área que não cabe a ideia de produtividade, você não deve fazer isso. O Paraná é o maior exemplo disso. Eles até instauraram câmeras em sala de aula onde o professor não pode fazer chamada, ela acontece por biometria facial. Retirada de dados sensíveis de crianças. É uma coisa absurda. E o sindicato lá está lutando, mas tem toda essa ideologia trabalhando a favor disso.

Leituras ampliadas:

Quando o chatGPT tenta ser Paulo Freire, Orlando Lima Pimentel, Outras Palavras, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/quando-o-chatgpt-tenta-ser-paulo-freire/>

“Nas mãos erradas, a IA pode causar mais danos do que outras tecnologias anteriores”. Entrevista com Ayona Datta, IHU, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/643219-nas-maos-erradas-a-ia-pode-causar-mais-dan3-do-que-outras-tecnologias-anteriores-entrevista-com-ayona-datta>

Em busca de maior Autonomia Tecnológica, Fernando Nogueira da Costa, a terra é redonda, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/em-busca-de-maior-autonomia-tecnologica/>



meio ambiente: aprender para um novo mundo



_educação

Em meio às emergências climáticas, educação deve estabelecer diálogo com as comunidades locais para a conscientização e enfrentamento das desigualdades. KAREN RAMOS

Em abril de 2024, as águas do Guaíba invadiram o centro da capital, Porto Alegre, e obrigaram centenas de pessoas a deixarem suas casas. O estado de emergência mudou a realidade da escola, que se tornou lugar de abrigo. O medo do barulho da chuva é, agora, realidade também para os moradores do sul do país. Falar de emergência climática é, portanto, falar de realidade, de materialidade, dos traumas que se acumulam — e não só de um imaginário distante. Dessa nova realidade, emergem reflexões pertinentes para as salas de aula de todo o Brasil: como desenvolver uma pedagogia que, a partir do cotidiano e da realidade vivida no território, promova a sensibilização e a compreensão das emergências climáticas?

“Quando falo de meio ambiente, estou falando também de mim, do meu corpo e do corpo de todos vocês. Estou falando das queimadas na Amazônia e do desaparecimento da Mata Atlântica. As questões ambientais têm intersecções com várias outras pautas”, defende Jahzara Oná, ativista socioambiental, em entrevista à Porvir¹.

Na Constituição Federal, a educação ambiental é estabelecida como um meio crucial para garantir a preservação e a defesa do meio ambiente. Ela deve ser desenvolvida em todos os níveis de ensino e nas comunidades, com o objetivo de capacitar a sociedade para

a participação ativa na proteção ambiental, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente. Da mesma maneira, se consolida como uma política de Estado através da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Ela desempenha um papel indispensável na construção de respostas para os desafios socioambientais, promovendo a conscientização sobre questões ambientais. De maneira transversal, a educação ambiental atua como um componente ou instrumento de outras Políticas Públicas essenciais, representando um compromisso com o presente e com o futuro. A ruptura do equilíbrio ambiental e seus efeitos revelam problemas graves, complexos e urgentes, demandando a formação de indivíduos com habilidades, conhecimentos e disposição para enfrentar esses desafios de forma coletiva.

1. D'MASCHIO, Ana Luísa; LOPES, Marina; OLIVEIRA, Ruam. Diante da crise climática, diálogo entre gerações mostra por que o tema deve estar na escola. PORVIR. Disponível em: <https://porvir.org/diante-da-crise-climatica-dialogo-entre-geracoes-mostra-por-que-o-tema-deve-estar-na-escola/>.

O CURRÍCULO E A VIVÊNCIA

A educação ambiental emergiu com força durante os movimentos dos anos 60 e 70 e ganhou um impulso significativo com a Eco92 na década de 90. Este evento não apenas marcou um momento de efervescência, mas também resultou no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, que abordou questões centrais de sustentabilidade. Desde então, a educação ambiental tem se engajado com temas como direitos territoriais, racismo, sexismo e justiça climática, refletindo o cenário atual.

Entretanto, há uma distinção importante entre educação ambiental e educação climática. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a educação ambiental é uma dimensão da educação que visa promover uma relação socialmente responsável com a natureza e com os seres humanos. O objetivo é potencializar a prática humana, tornando-a não apenas eficiente, mas também ética e socialmente consciente.

Por outro lado, a educação climática foca na compreensão da crise climática, considerando como eventos extremos se conectam com impactos sociais, éticos e políticos. Essa abordagem é guiada pela questão da justiça climática, que busca explorar e enfrentar as desigualdades e os desafios associados às mudanças climáticas.

A Constituição Federal de 1988 confere ao poder público a responsabilidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e para toda a população. Esta diretriz é complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece que a formação básica do cidadão deve garantir a compreensão do ambiente natural e social. Segundo a LDB, os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural, enquanto a Educação Superior deve promover um entendimento mais profundo sobre o ser humano e o meio em que vive. Dessa forma, tanto a Constituição quanto a LDB articulam um compromisso contínuo com a educação ambiental em diferentes etapas da formação educacional.

A educação ambiental tem se voltado para questões socioambientais e diretamente relacionadas às condições



de vida de populações marginalizadas, como povos indígenas e comunidades negras. O conceito de epistemicídio, que trata da exclusão de saberes locais e tradicionais, e a visão da natureza como parte constitutiva do ser humano são elementos essenciais nesse contexto. O aprofundamento nas emergências climáticas aponta uma necessidade de conectar o conhecimento com as realidades e desafios locais vividos, incentivando um engajamento e compreensão ampliados.

No entanto, um grande desafio é garantir que essas políticas cheguem efetivamente às escolas e que o diálogo sobre educação ambiental se estenda a outras áreas da sociedade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as aprendizagens essenciais para a educação básica, menciona o tema “mudanças climáticas” apenas três vezes. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e diversos planos estaduais e municipais abordem o assunto, muitas vezes esses documentos necessitam de revisão e atualização.

Como observa Edson Grandisoli, biólogo e diretor educacional do Movimento Escolas pelo Clima, “independentemente da base curricular, o tema das mudanças climáticas é urgente. Escolas e professores devem, observando sua comunidade, ter um interesse ativo em trabalhar essas questões”². Grandisoli, pós-doutor pelo programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da USP e com mais de 20 anos de experiência no ensino básico, ressalta que a educação climática é crucial para a formação de cidadãos ativos. A compreensão do contexto e o diálogo com a comunidade são fundamentais para enfrentar a emergência climática de maneira eficaz.

DA SALA DE AULA PARA O TERRITÓRIO

Refletir sobre as emergências climáticas exige uma compreensão aprofundada do nosso papel e lugar no mundo, ou seja, do lugar que vivemos. A restauração dos vínculos com o território é fundamental para uma educação que se conecte com a realidade dos estudantes.

O impacto humano na utilização e ocupação do solo, nas práticas de produção e consumo, é profundo e resultado das formas de produção estabelecidas ao longo do tempo. Portanto, ao abordar a questão climática em sala de aula, é crucial entender a complexidade do tema. Como observa Rachel Trajber, coordenadora geral de Educação Ambiental no Ministério da Educação, ao Instituto Chapada³: “é preciso um olhar crítico para investigar a origem do problema e entender por que ele está ocorrendo”.

Uma maneira prática de trazer a questão para o cotidiano dos alunos é fazê-los compreender os impactos do uso do solo e da água em sua própria região. “Todos os municípios estão localizados em uma bacia hidrográfica, e é valioso que cada escola desenvolva pesquisas locais para entender como os rios são utilizados e como isso pode influenciar a transformação do território”, sugere a especialista.

Dessa forma, a educação climática deve envolver a sensibilização e a apropriação das questões pelos alunos, promovendo um debate que avance e se conecte com seus territórios. No entanto, para que isso aconteça de maneira eficaz, é fundamental que haja capacitação e formação interdisciplinar para os professores. A inclusão desse tema na formação docente é essencial para garantir que a educação climática seja abordada de forma abrangente e relevante. Isso implica incorporar dimensões sociais, geracionais, de gênero, raciais e de deficiência no currículo escolar, promovendo um diálogo inclusivo e abrangente.

DO TERRITÓRIO PARA O MUNDO

Além disso, há o desafio de se alinhar com a Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrando a territorialização desses objetivos nas escolas. Rita Silvana destaca que “essa agenda, embora internacional, deve ser realizada no território e com o território”, sugerindo que a potência dos territórios escolares pode contribuir significativamente para a transformação local e regional.

A educação ambiental deve considerar não apenas as questões climáticas, mas também a interconexão com modelos econômicos, de produção e consumo, que são inerentes à compreensão da insustentabilidade planetária. Como observa Trajber, “o sistema predatório e hegemônico baseado no capitalismo tem gerado uma insustentabilidade que impacta diretamente os desastres e eventos climáticos que enfrentamos atualmente”. É crucial que as escolas, como pontos de partida para uma mudança global, abordem essas questões de maneira participativa e crítica.

A justiça climática é um aspecto central, já que os mais vulneráveis, que menos contribuíram para a crise, são os mais afetados por desastres ambientais. A educação deve promover uma compreensão crítica dessa injustiça e integrar saberes sobre sustentabilidade e riscos de desastres, trabalhando em estreita relação com a comunidade local para prevenir e mitigar impactos.

Rita Silvana, coordenadora de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade, ressalta que a mudança na educação ambiental deve incorporar a dimensão social e a justiça ambiental, abordando as desigualdades e os impactos sobre diferentes grupos sociais. A integração de diversas áreas curriculares e a interação com a realidade local são essenciais para avançar nesse campo.

A educação ambiental está passando por uma reavaliação e reestruturação no Ministério da Educação, após um período de falta de investimento e descontinuidade durante o governo de Jair Bolsonaro. O “Dossiê sobre o Desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental” (2019/2022), elaborado por profissionais da área, revelou que o Governo Federal negligenciou sua responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Nº 9.795/99), resultando na desativação de importantes instâncias e na falta de suporte técnico e administrativo necessário. A lei

Durante a gestão anterior, houve uma significativa diminuição dos recursos e da equipe dedicada à educação ambiental. Esse desmonte prejudicou a manutenção de órgãos essenciais, como o Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental, comprometendo a implementação das políticas e ações previstas.

Embora a atual gestão esteja reconstruindo a Secretaria de Educação Ambiental e buscando parcerias com outros ministérios e instituições para potencializar recursos, ainda há um longo caminho a percorrer. A educação ambiental precisa ser reestruturada e revitalizada para que as escolas possam desempenhar um papel ativo na promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.



2. FRAIDENRAICH, Verônica. Mudanças climáticas: como ampliar essa discussão nas escolas. CANGURU NEWS. Disponível em: <https://cangurunews.com.br/mudancas-climaticas-como-ampliar-essa-discussao-nas-escolas/>.

3. INSTITUTO CHAPADA. Educação Ambiental: o que a escola pode fazer diante da crise climática? [Vídeo]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eSY_-OM4-VY.



Tesouro no terreiro

O destino do legado de Lélia Gonzalez, a mais importante – e ignorada – intelectual negra do país.

PLÍNIO FRAGA (Texto publicado e cedido pela revista Piauí, edição 212)

Pouco antes de o Brasil entrar em campo contra a Holanda, nas quartas de final da Copa do Mundo de 1994, Pelé apareceu na tela da tevê para comentar o jogo que seria transmitido em poucos minutos de Dallas, nos Estados Unidos. No Rio de Janeiro, assim que ouviu a voz do craque, a antropóloga Lélia Gonzalez pediu à sua sobrinha Eliane de Almeida que desligasse a tevê.

Uma década antes, Gonzalez havia escrito um artigo duro contra Pelé. Chamou o craque de “jabuticaba”: preto por fora, branco por dentro e com um caroço que não dá para engolir. Achava que Pelé era o exemplo perfeito do negro que foi vítima da lavagem cerebral do embranquecimento, adotando posições políticas conservadoras e optando por loiras de olhos claros como ideal de beleza. “Como ele conseguiu ascender, passa a achar que a negrada não é de nada, que não se esforça, que não gosta de trabalho que é irresponsável etc. [...] Portanto, a negrada é inferior”, escreveu Gonzalez no texto A esperança branca, que saiu na Folha de S.Paulo, em 21 de março de 1982.

Mas naquele sábado de jogo, dia 9 de julho, não era exatamente Pelé que incomodava Gonzalez. Torcedora empolgada, ela estava aflita com a própria Seleção Brasileira e, para evitar os apertos no peito, resolveu não assistir à partida. Ela e a sobrinha preferiram sentar-se, para uma conversa solta, à mesa da cozinha do apartamento em que viviam, num prédio de quatro pavimentos na Ladeira de Santa Teresa, nº 106, na região central do Rio.

Gonzalez tinha 59 anos, media 1,68 metro de altura e estava pesando cerca de 45 kg – quinze a menos do que o recomendado para sua compleição física. A antropóloga tinha diabetes, além de um problema grave no coração, e se movimentava com dificuldade. Ela vinha concentrando forças na atividade acadêmica, como diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.



Agradecimento:
Revista piauí

À noite, aliviada com a vitória que levou o Brasil à semifinal, Gonzalez vestiu um pijama azul com flores amarelas e foi dar boa-noite à sobrinha. Perguntou se estava tudo bem com as filhas dela, Ísis e Gabriela, de 4 e 7 anos, que também moravam no apartamento. “As crianças já foram dormir”, disse Eliane de Almeida. “Então vou me deitar também. Até amanhã”, despediu-se Gonzalez. E foi para seu quarto-escritório, com uma cama de casal, uma escrivaninha com máquina de escrever, iluminada por um abajur africano, e as estantes com cerca de 3 mil livros.

Na manhã do dia seguinte, 10 de julho, Almeida acordou cedo e foi preparar o café. Estranhou que Gonzalez não estivesse de pé, mas preferiu deixá-la dormir até mais tarde. Resolveu cuidar do almoço do domingo. Enquanto preparava a macarronada com carne assada, um dos pratos prediletos da antropóloga, começou a sentir uma ardência nas costas. “Ardiam de uma forma lancinante. E uma voz me dizia: ‘Vai ver a Lélia! Vai ver a Lélia!’”, conta Almeida, hoje com 75 anos, à piauí. Ela foi até o quarto da tia e a encontrou sem vida sobre a cama. Gonzalez tinha sofrido um infarto durante a madrugada.

Uma das primeiras pessoas a saber da morte de Gonzalez foi o babalorixá Jair de Ogum. Ele era guia espiritual da antropóloga e líder do Ilê da Oxum Apará, um terreiro de candomblé e umbanda em Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio, que ela havia ajudado a fundar e do qual Almeida era vice-presidente. Jair de Ogum demorou quase duas horas para percorrer os 80 km que separam o terreiro da casa de Gonzalez. Ao chegar, cuidou de “abrir os caminhos de Lélia para seu retorno à matéria de origem”, como diz Almeida. O enterro, no Cemitério São João Batista, mobilizou muitos amigos e ativistas sociais. Os principais jornais brasileiros não deram uma linha sequer sobre a morte da antropóloga.

Sem emprego e sem renda para pagar o aluguel do apartamento no Centro do Rio, Almeida se viu obrigada a procurar um local mais barato para viver – e precisou dar um destino aos bens pessoais de Gonzalez, que não cabiam na sua nova moradia. Mais uma vez, ela recorreu a Jair de Ogum, que propôs abrigar o acervo no Ilê da Oxum Apará. Na mesma época, Almeida assinou um documento de doação do acervo para Jair de Ogum, em que afirmava que essa decisão fora tomada sem coação alguma e que os custos de transporte e armazenagem fi-

caram a cargo da associação religiosa. O documento teve a firma reconhecida em cartório em 2004, dez anos depois da morte de Lélia Gonzalez.

Agora, essa doação, que continua guardada no terreiro, tornou-se objeto de uma disputa judicial nada fraterna entre os herdeiros de Gonzalez e os de Jair de Ogum, que morreu em 2020, aos 75 anos, de insuficiência pulmonar, provavelmente em decorrência da Covid. O acervo de Gonzalez contém manuscritos, documentos, retratos, objetos pessoais e toda a biblioteca de uma das mais importantes intelectuais do país no século XX, reconhecida mundialmente por sua reflexão pioneira sobre o feminismo negro e o racismo.

Os familiares da antropóloga dizem que, enquanto Jair de Ogum estava vivo, eles tinham acesso livre ao acervo, o que lhes foi negado a partir de 2020, depois que a liderança do terreiro passou para Leonardo Ogum-Faislon, filho do pai de santo. Em março de 2022, os herdeiros de Gonzalez decidiram recorrer à Justiça. Eles firmaram verbalmente o compromisso de doar o acervo para ser catalogado e preservado pela Fundação Getúlio Vargas, a instituição que administra centenas de arquivos de personalidades históricas, como os de Tancredo Neves e do próprio Getúlio Vargas.

“Depois que Jair morreu não tinha mais sentido ficar lá, no terreiro, mesmo na parte espiritual”, afirma o economista Rubens de Lima, de 62 anos, sobrinho da antropóloga, a quem ela chamava de filho. “Nós temos isso como missão espiritual. Não queremos ganhar dinheiro. Queremos cumprir o pedido de Lélia de sermos multiplicadores do conhecimento que ela adquiriu.” Ele conta que Faislon, sem consultar a família, montou uma exposição com o acervo de Gonzalez e organizou grupos de turismo para visitá-lo. “Ele exibiu coisas muito pessoais na exposição e nas redes sociais. Tinha até uma foto de Lélia de biquíni! Isso não se faz”, reclama Eliane de Almeida.

Faislon mostrou à piauí o documento de doação do acervo Lélia Gonzalez, assinado por Almeida. O papel, datado de 1996, está plastificado. Ele nega que tenha restringido o acesso da família de Gonzalez ao acervo e assegura que nunca ganhou dinheiro com ele. Em agosto de 2023, o juiz Francisco Emilio de Carvalho Posada, da 2ª Vara Cível de Itaguaí, recusou o pedido de uma liminar de busca e apreensão do acervo, solicitada pela família da antropóloga. O juiz não viu elementos que justificassem urgência para tanto. Determi-

nou que a acusação e a defesa acrescentassem mais provas ao processo, que não tem data para ser julgado.

Os direitos autorais de Gonzalez, que publicou apenas dois livros em vida, mas deixou numerosos ensaios e textos, alguns inéditos, são administrados desde sua morte pelos sobrinhos Rubens de Lima e Eliane de Almeida, herdeiros legítimos da antropóloga em linha colateral, como determina a lei de sucessão, quando a pessoa não tem cônjuge vivo, filhos ou pais. À época, Almeida assinou sozinha a doação, sem a autorização formal de Lima, porque não imaginou que aquele documento protocolar iria se tornar um imbróglgio jurídico. Hoje, ela se arrepende.

Quem chega ao Ilê da Oxum Apará, depois de cruzar um portão de ferro, logo tem o olhar atraído por uma estátua de 2 metros de altura, ao fundo de um gramado grande e bem cuidado: é Ogum em seu cavalo. Várias outras obras dedicadas aos orixás, os chamados assentamentos, espalham-se ao ar livre pelo terreiro, que ocupa 50 mil m² de uma antiga fazenda colonial.

Algumas obras chegam a ter 20 m², como a que homenageia Iemanjá, coberta por ladrilhos e com um barco de 1,5 metro de comprimento. No espaço dedicado a Iansã, diversas peças em metal, como lanças, espadas e representações de um raio, estão fincadas no chão de cimento. Ali chamam a atenção quatro máquinas de costura, também concretadas no piso da instalação: são uma homenagem a costureiras que produzem as roupas brancas usadas nos cultos, tidas como sagradas.

Antes da construção do terreiro em Itaguaí, o lugar era uma terra devastada por anos de plantio de café. Tudo foi recuperado para atender às obrigações religiosas do candomblé e da umbanda. Jair de Ogum reflorestou uma grande área do terreno para que o Ilê tivesse a sua mata, com árvores disponíveis para as obrigações religiosas. Também criou a própria encruzilhada para despacho de obrigações e construiu uma lagoa artificial, com plantas aquáticas e onde vivem tambaquis de grande porte que saltam ao serem alimentados com pão. Cansado de ver umbandistas sofrerem preconceito por frequentarem igrejas católicas, construiu uma capela, com imagens de santos afixadas nas paredes. “Meu pai só não abriu acesso ao mar”, brinca Leonardo Ogum-Faislon, de 39 anos.

Um dos principais espaços do Ilê é o “salão de recepção de VIPs e celebridades”, com cerca de 200 m². Ali, em uma das paredes, estão expostas algumas peças do acervo de

Gonzalez: anotações, livros, pôsteres e quadros. No mesmo local e com mais destaque estão objetos do acervo de Jair de Ogum, que colecionou centenas de itens da cultura religiosa de origem africana e imagens de santos e entidades do candomblé e da umbanda. Ele também tinha gosto por peças egípcias. “E, se alguém questionava, ele sempre lembrava que o Egito faz parte da África”, conta seu filho.

Jair de Ogum chegou a erguer um memorial em homenagem a Lélia Gonzalez nos anos 2000. O sobrado de dois pavimentos, na forma de um quadrado, com janelas pequenas e telhas de amianto, foi construído a partir de orientações dadas pelo pai de santo diretamente ao mestre de obras, sem a participação de arquitetos. Desgastada pelo tempo, a construção precisa de reformas, como mostram as rachaduras nas paredes, e por isso mesmo a maior parte do acervo da antropóloga está agora num imóvel anexo, usado como depósito de diferentes objetos.

Nesse imóvel, em duas salas contíguas, de 10 m² cada uma, está o acervo principal de Gonzalez. Na primeira sala, os livros, guardados em estantes de aço, muitos deles com dedicatórias, como os do escritor, ator e ativista Abdias Nascimento (O genocídio do negro brasileiro e Sitiado em Lagos): “À Lélia, mais do que irmã de lutas por nossos irmãos e irmãs negros”, diz ele em um dos autógrafos. Ou do compositor Candeia, que a chama de “grande irmã” na dedicatória feita no livro Escola de samba: árvore que esqueceu a raiz, que o compositor escreveu em parceria com Isnard Araújo e lançou em 1978. Também há obras em diversas línguas, fichadas por Gonzalez, como Women, race & class (Mulheres, raça e classe), da ativista Angela Davis; Les damnés de la terre (Os condenados da terra), do psiquiatra e pensador Frantz Fanon; Les Bantu (Os bantos), do historiador Théophile Obenga; e Le structuralisme en anthropologie (Estruturalismo na antropologia), do antropólogo Dan Sperber. Gonzalez era fluente em francês, tendo sido tradutora nessa língua, e se mostrava segura no domínio da língua inglesa.

Na segunda sala, estão a escrivaninha, a máquina de escrever Olivetti Linea 98 cinza e o abajur africano de Gonzalez, dispostos de maneira a reproduzir seu ambiente de trabalho. Três peças africanas simbolizando o equilíbrio, a ancestralidade e a caminhada rumo à iluminação complementam a decoração. Nessa mesma sala, em dezenas de caixas de papelão e plástico, arranjadas em um armário de aço, estão documentos, manuscritos e fotos de Gonzalez, bem como recortes, panfletos e jornais que ela armazenou.



Lélia com seu filho Rubens, campanhas eleitorais no ano de 1982. Foto: © Reprodução.

“O apagamento da obra e da memória de Lélia não é um acaso. Como ela dizia, é recalque, é repressão.”

RAQUEL BARRETO

Há papéis de grande valor histórico ali, como o escrito datilografado que traça a estratégia a ser seguida pelo Movimento Negro Unificado (MNU), do qual Gonzalez foi uma das fundadoras em 1978. O documento afirma: “A exploração do negro é formada fundamentalmente pelo tripé = Exploração Econômica, Opressão Psicológica e Violência Policial. Nosso trabalho principal é de destruição desse tripé maligno.”

No local, também estão guardados seus originais de artigos e ensaios, como *Por um feminismo afro-latino-americano*, escrito em 1988 para uma publicação no Chile do instituto Isis Internacional, de apoio jurídico às mulheres, ou artigos sobre viagens ao Caribe e países africanos. Entre os escritos para jornais, encontra-se um comentário manuscrito à peça *Anjo negro*, de Nelson Rodrigues, sobre um negro que rejeita sua condição racial. Na crítica, Gonzalez escreve: “A arte (o teatro) se debruça e investiga os destinos humanos que falharam. Aqueles que poderiam ou deveriam ter sido de uma maneira, mas que, pela interferência do fado, resultaram de maneira às avessas. Quanto maior esta inversão, maior e mais

belo o destino trágico de um personagem. Maior e mais bela a obra.”

A caligrafia de Gonzalez é redonda, com as letras juntando-se umas às outras, como se a caneta percorresse de maneira delicada o papel. As ideias que expressam, porém, são abrasadoras, como neste outro trecho da crítica de *Anjo negro*: “Toda e qualquer tentativa por parte de um negro de negar sua cor (tentar escapar a ela) é uma violência inaudita que esse ser humano comete contra si mesmo, violência que só pode ser geradora de ódio, inicialmente contra si próprio (pois, por mais inconsciente que seja, ela lhe parece como um absurdo irrealizável) e, em seguida, contra o mundo – não só ‘dos brancos’, mas sim contra o mundo em geral.”

Grande parte desse acervo foi catalogada e digitalizada por pesquisadores da obra de Gonzalez que tiveram acesso aos documentos. A empreitada mais importante foi feita pela Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), ONG liderada pela pedagoga Maria Aparecida Schumacher que foi pioneira na recuperação da memória da antropóloga. A ONG cedeu o material digitalizado ao Instituto Memorial Lélia Gonzalez, organização

social sem fins lucrativos fundada em 2023 por Almeida e Lima. Os dois dizem que tudo isso foi feito quando Jair de Ogum ainda era vivo. O acervo chegou a ser acessado também por pesquisadores, como Flavia Rios e Marcia Lima, que, a partir dali e de outras fontes, organizaram a publicação do livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, de Gonzalez, editado em 2020. Permanece inédita boa parte dos diários, das cartas e de manuscritos de Gonzalez mais relacionados a temas pessoais do que acadêmicos e políticos.

O acervo parece bem preservado, em termos gerais, no Ilê, embora careça de melhor organização e de uma indexação completa. Há cartas, cartões-postais e periódicos em pastas e envelopes plásticos, que são manipulados sem luvas – o contrário do que exige a preservação técnica rigorosa. Quando a piauí visitou o local, alguns livros da biblioteca de Gonzalez, reconhecidos por sua assinatura nas páginas iniciais, estavam longe do acervo, numa sala de convivência do Ilê, dispostos numa estante ao lado de exemplares de *O código da inteligência*, do psiquiatra best-seller Augusto Cury, e *Nada é por acaso*, da espírita Zibia Gasparetto. Nenhum desses dois livros pertencia à antropóloga (foram lançados depois da morte dela).

Na avaliação de um conhecedor do mercado de obras raras, o acervo de Gonzalez pode ter mais interesse histórico e acadêmico do que valor comercial. Esse colecionador, que pediu para não ser identificado porque não conhece o acervo a fundo, diz que o material pode interessar a muitas universidades americanas, dado o prestígio de Gonzalez nos Estados Unidos e o vínculo de sua obra com o feminismo e o ativismo negros, principalmente. A família da antropóloga diz que não cogita tirar os documentos do Brasil.

Os atuais gestores do Ilê afirmam que o acervo de Gonzalez está aberto à visita de pesquisadores e interessados, bastando marcar horário com os administradores da associação religiosa Ilê da Oxum Apará. Mas dizem que a procura é em pequena escala.

Em outubro de 2019, a intelectual e ativista americana Angela Davis fez uma palestra em São Paulo que reverberou nas redes sociais. Ela estava lançando no país o livro *A liberdade é uma luta constante* e, em dado momento, abandonou as notas que lia no púlpito do auditório do Sesc Pinheiros. Disse que, nas suas

visitas ao Brasil, sempre se sentia constrangida ao ser apresentada como exemplo às mulheres negras brasileiras. Explicou por quê:

Sempre me senti constrangida [awkward] porque sinto como se fosse eu quem devesse representar o feminismo negro. E por que vocês, aqui, do Brasil, precisam procurar essa inspiração nos Estados Unidos da América? Eu não compreendo. Eu acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês jamais aprenderão comigo. Ela estava escrevendo sobre interseccionalidade antes mesmo de o termo existir. E ela nos convocou para desenvolver novas identidades, novas identidades políticas. Eu gosto dos termos que ela usa: ameríndio e amefricano. São termos amplos que são inclusivos sem serem assimilatórios. Eu gostaria de dizer que sempre preciso dizer que me sinto muito constrangida. Porque me parece que nós, dos Estados Unidos, é que deveríamos estar aprendendo com essa tradição realmente vibrante do feminismo negro brasileiro. E, como disse antes, principalmente dado o impacto do candomblé e das maneiras que a liderança feminina tem sido cultivada e encorajada.

A historiadora Raquel Barreto estava na plateia do Sesc ouvindo Angela Davis, e alertou para a palavra usada pela ativista ao falar do Brasil, awkward, que foi traduzida como “estranha” pelo serviço de tradução simultânea daquela noite. “Mas para mim é mais do que isso. Awkward é constrangida, embaraçada”, diz Barreto. “É o sentimento que você tem quando algo envergonha por não ser justificado. É isso que ela dizia sentir quando nós, brasileiros, buscamos no exterior o que deveríamos encontrar aqui.” A fala de Davis acabou incluída no documentário *AmarElo*: é tudo pra ontem, do rapper Emicida, que ao ser lançado em 2020 fez as buscas pelo nome de Lélia Gonzalez aumentarem no Google.

Barreto chama a atenção para o fato de as grandes editoras do país terem evitado por anos a obra de Gonzalez, apesar de a antropóloga ter sido, em seu tempo, a intelectual negra brasileira que mais circulou internacionalmente. “O apagamento da obra e da memória de Lélia não é um acaso. Como ela dizia, é recalque, é repressão”, comenta a historiadora, cuja dissertação de mestrado se chamou *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*.

Em uma entrevista ao jornal El País, a pensadora e ativista Sueli Carneiro, uma das mais proeminentes intelectuais brasileiras, chamou o apagamento que ocorreu por anos da obra de Gonzalez na cultura e na universidade do país de “epistemicídio”. Em vida, Gonzalez publicou apenas dois livros: Lugar de negro (escrito em parceria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg), em 1982, e Festas populares no Brasil, em 1987. “As editoras comerciais sabiam quem era Lélia. Mas diziam que ela não vendia. No exterior, porém, ela era publicada”, comenta Barreto. Fora do Brasil, textos de Gonzalez saíram em várias coletâneas e revistas acadêmicas. “Lélia permaneceu inacessível no Brasil como autora até os pan-africanistas resolverem imprimir Primavera para as rosas negras”, acrescenta a historiadora. Este livro, que reúne vários textos e palestras de Gonzalez, foi publicado em 2018 graças à iniciativa da União dos Coletivos Pan-Africanistas (ucpa). Apenas em 2020 ela teve uma obra publicada por uma grande casa editorial brasileira: a coletânea de textos Por um feminismo afro-latino-americano, pela Zahar, que em 2022 relançou também Lugar de negro.

Filha de um operário negro e de uma descendente de indígenas, Lélia de Almeida – seu nome de solteira – tinha 7 anos quando sua família se mudou de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, em 1942. Todos pegaram carona na ascensão social de um dos dezoito filhos, o jogador Jaime de Almeida (1920-73), convidado para atuar no Flamengo e que se tornou um ídolo da torcida rubro-negra nos anos 1940 (ele é pai de Jayme de Almeida Filho, ex-jogador e treinador campeão nacional pelo clube).

No Rio, com o apoio financeiro da família, Gonzalez se concentrou nos estudos e pôde se matricular no conceituado Colégio Pedro II, uma escola pública. Depois, cursou, na Uerj, as faculdades de geografia e história (à época unificadas) e filosofia. Fez o doutorado de antropologia na USP, sem que tivesse concluído o mestrado em comunicação social na UFRJ, interrompido porque aceitou ser professora na PUC-Rio. “Foi minha aluna”, recorda-se o sociólogo Muniz Sodré, professor

emérito da Escola de Comunicação da UFRJ, autor de O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. “Eu me lembro que ela deixou todos impressionados com um seminário primoroso que ministrou sobre Lévi-Strauss.”

Gonzalez dizia que, na juventude, tinha sido vítima típica da lavagem cerebral do branqueamento. “Fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra”, disse. Em 1964, casou-se com Luiz Carlos Gonzalez, um colega de universidade que era de origem espanhola. A família do rapaz branco, porém, não aceitou a relação. Anos mais tarde, Gonzalez analisou essa rejeição em uma entrevista dada a uma agência de notícias nos Estados Unidos: “No Brasil, é aceitável que um homem branco tenha um caso com uma mulher negra, mas casamento é outro assunto. Quando eles descobriram que nos casamos, ficaram furiosos. Me chamaram de preta suja. Era isso que eu tinha me tornado aos olhos deles, apesar da minha educação, apesar da minha posição.” Luiz Carlos suicidou-se um ano depois do casamento, e Lélia preferiu manter o sobrenome Gonzalez para homenageá-lo. “Ele rompeu com a família, ficou do meu lado e começou a questionar a minha falta de identidade comigo mesma. Isso dói [...], por isso eu tenho orgulho de trazer o nome dele”, ela afirmou.

A vida da então professora começou a mudar depois da morte do primeiro marido e dos desafios colocados pelo segundo casamento, no fim dos anos 1960, com Vicente Marota, que ela definiu como um “mulato que precisava fugir de si próprio”. O casamento durou cinco anos. “A gente se separou e minha cabeça dançou, afinal eu fui casada com um cara branco, de origem espanhola, que dava todo apoio à questão racial, e, quando eu caso com um cara de origem negra, ele não tem essa solidariedade, ele disfarçava esse lado. Eu fui parar no psicanalista”, disse ela em entrevista ao Pasquim, em 1989.



Feminista negra e fundadora do MNU e do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras –, Gonzalez se tornou conhecida por provocar tensões importantes dentro dos movimentos dos quais fazia parte, tratando de



assuntos como a invisibilização das mulheres negras e indígenas nos discursos feministas e do machismo branco reproduzido pelos homens negros.

Aos 35 anos, depois de dois casamentos, Gonzalez se dedicou a duas áreas que se tornariam referência em seu trabalho: a psicanálise e o candomblé. “A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas tornar-se negra é uma conquista”, disse mais tarde.

Esse processo a levou ao ativismo. Ela participou da fundação do PT, pelo qual concorreu em 1982 a deputada federal pelo Rio de Janeiro. Obteve 14 909 votos. Ficou na primeira suplência, e nunca chegou a exercer o mandato. Sua atuação no partido era tida como arrogante, diz o sobrinho Rubens de Lima. Em 1983, em um artigo intitulado Racismo por omissão, publicado na Folha de S.Paulo, Gonzalez criticou a ausência da temática racial no eixo programático do PT. A crítica lhe trouxe mais problemas do que apoio. “As chamadas correntes progressistas, elas minimizam da forma mais incrível nossas reivindicações”, ela dissera em 1979, numa entrevista publicada no livro Patrulhas ideológicas, de Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Pereira.

Feminista negra e fundadora do MNU e do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras –, Gonzalez se tornou conhecida por provocar tensões importantes dentro dos movimentos dos quais fazia parte, tratando de assuntos como a invisibilização das mulheres negras e indígenas nos discursos feministas e do machismo branco reproduzido pelos homens negros. Gonzalez representou o movimento negro carioca, ao lado de Abdias Nascimento, no lançamento do MNU, realizado nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, em julho de 1978. Meses depois, assumiu o cargo de diretora executiva na primeira eleição da assembleia nacional do movimento. Ali trabalhou na formação política de ativistas, por meio de palestras, cursos, reuniões e produção de textos, que eram divulgados sobretudo no Nêgo – Jornal do Movimento Negro Unificado.

Por influência de Nascimento e de Darcy Ribeiro, antropólogo e escritor, Gonzalez deixou o PT e se filiou ao PDT. Foi candidata a deputada estadual pelo partido em 1986, mas também não conseguiu se eleger. Obteve 8 286 votos, pouco mais da metade dos que recebera no pleito anterior, quando disputara um mandato nacional. Não se abateu. “Vamos à luta, negadinha”, repetia, mesmo na derrota, usando seu vocativo predileto.

A linguagem engajada foi outra frente aberta por Gonzalez. Conceitos como “amefricanidade” (experiências sociopolíticas comuns aos povos africanos e indígenas) e “pretuguês” (referência à língua portuguesa tal como fa-

lada pelos pretos brasileiros) têm sido objeto de estudo de pesquisadores, intelectuais e movimentos sociais. Ela mostrou como a língua amplifica formas de discriminação racial e exclusão social. Lançou a hipótese de que a substituição do “r” pelo “l” na pronúncia, em palavras como “framengo”, podia ter como razão a ausência da letra “l” em certos idiomas africanos do tronco linguístico banto. Na mesma linha, quando alguém converte “você” em “cê”, ou “está” em “tá”, está falando pretuguês.

Alex Ratts e Flavia Rios, que escreveram a biografia Lélia Gonzalez (Selo Negro Edições), registram que ela usava de modo corriqueiro palavras que hoje seriam consideradas politicamente incorretas, como crioulo, criouléu e crioulada: “Além de certa intenção de chamar a atenção do leitor ou da plateia, pode-se dizer que com esses e outros termos – como neguinho, negada, negadinha –, ela pretendia deslocar o sentido das palavras.” O próprio conceito de interseccionalidade – termo cunhado em 1989 pela jurista americana Kimberlé Crenshaw para definir como as diferentes formas de opressão social se sobrepõem umas às outras – já fazia parte, tempos antes, das reflexões de Gonzalez, como lembrou Angela Davis em sua palestra no Sesc.

Além dos conceitos inovadores, ela recorreu às roupas para exaltar a negritude, como os vestidos coloridos, feitos de tecidos africanos, comprados nas muitas viagens ao continente. Também usava turbantes, pulseiras, colares e anéis com motivos da cultura negra. Em 1987, um acidente de carro lhe causou uma cicatriz na testa, que ela passou a esconder com um lenço – o que acabou se tornando uma marca pessoal. Adotou ainda o cabelo no estilo black power, criando com todos esses elementos um estilo exuberante que deixaria forte influência nas gerações seguintes do movimento negro.

O candomblé foi para Gonzalez uma forma de se organizar psíquica e pessoalmente. Embora não fosse iniciada na religião, tinha fé em Oxum e Ogum, seus orixás de cabeça. Era filha de santo de Jair de Ogum, na época o mais famoso dos babalorixás do Rio de Janeiro, e frequentava com certa assiduidade o terreiro Ilê da Oxum Apará, que havia ajudado a fundar.

Os dois se conheceram no início da década de 1970, em Olaria, bairro na Zona Norte do Rio onde ele morava e dava aulas em um colégio público de ensino fundamental. Tornaram-se amigos e parceiros de fé. Nem as diferenças ideológicas afastaram um do outro.

Jair de Ogum era conservador, simpático ao regime militar e aos seus partidos de sustentação. Com a redemocratização, tentou ser deputado estadual em 1990 pelo PRN, o mesmo partido do presidente Fernando Collor, mas fracassou, conseguindo menos de 4 mil votos. Em 1996, escolheu o Partido da Frente Liberal (PFL) para tentar se eleger vereador, mas recebeu apenas 4 797 votos.

Dois objetos expostos numa parede do Ilê da Oxum Apará mostram bem a diferença entre Jair de Ogum e Lélia Gonzalez. Um cartaz que ela guardava exibe um punho cerrado, sobre fundo vermelho, com os dizeres: “Partido socialista. Democratizar, socializar, desenvolver.” Poucos metros adiante, há uma foto de Jair de Ogum abraçado a Pelé, o personagem-jabuticaba criticado por Gonzalez.

Jair de Ogum fundou o Ilê da Oxum Apará em 1972, numa casa em Brás de Pina, na Zona Norte do Rio. Onze anos mais tarde, comprou o terreno de uma antiga fazenda de café e transferiu o terreiro para lá. Durante quase meio século, foi a cara das religiões de matriz africana na mídia brasileira. Participou por doze anos do Programa Haroldo de Andrade, a maior audiência da Rádio Globo nos anos 1980. Escreveu colunas para jornais e revistas, e teve quadros semanais em programas do SBT. Chegou a interpretar a si mesmo na série televisiva O bem-amado, de Dias Gomes, exibida entre 1980 e 1984, na Globo. Entre 1981 e 1984, fez previsões para o ano vindouro no último programa de dezembro do Fantástico.

O pai de santo começou trabalhando na linha do candomblé, de origem africana, mas, com o passar dos anos, passou a se dedicar também à umbanda, de origem brasileira. Nas chamadas sessões de cura, per-

manecia incorporado durante mais de doze horas por uma entidade chamada Ogum Iara e atendia pessoas que descreviam seus diversos problemas e aspirações. Seguindo uma tradição do terreiro, as sessões com Ogum Iara eram detalhadamente registradas em atas, que agora fazem parte do acervo de Jair de Ogum.

Gonzalez participava com frequência das sessões com Ogum Iara. “Eles tinham conversas de alto nível, filosóficas mesmo. Às vezes debatiam horóscopo também”, conta Eliane de Almeida, a sobrinha da antropóloga. “Lélia fazia a hermenêutica de Ogum Iara. Nas

primeiras sessões, ele falava mais tupi-guarani do que português. Lélia o traduzia de alguma forma”, diz Faislon. Para ele, o acervo de Gonzalez é “parte integrante e complementar do acervo do próprio Jair de Ogum”.

Além de esculturas africanas e imagens religiosas, o pai de santo reuniu centenas de fotografias, presentes e objetos pessoais relacionados às celebridades, atores e atrizes com os quais teve contato. Curiosamente, uma parte do acervo é dedicada à atriz Sandra Bréa (1952-2000), estrela da Globo que teve, de acordo com Faislon, um relacionamento amoroso com seu pai. A atriz foi a primeira personalidade feminina do país a assumir publicamente a

condição de soropositiva, em 1993.

Depois que Sandra Bréa morreu, de câncer, Jair de Ogum soube que o filho único dela, Alexandre Bréa Brito, estava se desfazendo de vestidos, acessórios e fotos da mãe – e ofereceu-se para ser o guardião do acervo. O filho então doou os pertences que restavam e, em 2001, desapareceu. Foi dado como morto em 2019, e o inventário da herança da atriz, pelo qual ele era responsável, ainda tramita na Justiça. A combinação dos acervos de Gonzalez, Jair de Ogum e Sandra

“O legado que a gente quer é este: Lélia Gonzalez na boca do povo”

MELINA DE LIMA

Bréa no Ilê da Oxum Apará faz do terreiro um refúgio inusitado de parte da memória da cultura brasileira.

Faislon diz que foi escolhido pelo próprio Ogum Iara para ser o sucessor do pai. “Ogum Iara me deu essa responsabilidade de ser o representante legítimo desse território. Quando a coisa flui é porque os caminhos estão abertos”, diz. Embora presidente do terreiro, ele não incorpora nenhuma entidade. Careca, de barba e pele clara, Faislon parece mais um professor universitário que um ogã, o dirigente de um terreiro. É capaz de atordoar o interlocutor com um discurso complexo, citando termos como “uterocentricidade” ou “falocentricidade”. Os serviços no Ilê costumam reunir centenas de pessoas por vez. Além de práticas espirituais, oferece assistência social, por meio de doação de cestas básicas e serviços de saúde à comunidade, como o projeto Vivências Afro-ecológicas: da Pequena África ao Ilê da Oxum Apará. “É um programa para realizar uma educação antirracista e que valorize a proteção do ambiente”, ele explica.

Militante ativa e articulada do movimento negro, Silvana Santana de Almeida, a mulher de Faislon, intervém na conversa quando se comenta a intenção da família de Gonzalez de doar o acervo da antropóloga para a FGV. “Esse é um tipo de prática racista. Lá os afroperiféricos não têm vez”, diz ela. “A FGV é dirigida por um corpo branco. Alguém da periferia entra na FGV? Pode entrar na FGV sem calça comprida e de pé descalço? Aqui pode. Nossas memórias nunca entraram na pauta política das grandes instituições, nem nunca tiveram visibilidade lá.”

Santana de Almeida é formada em pedagogia e faz mestrado em história, com foco em estudos de patrimônio, memória e identidade. É uma mulher elegante, de sorriso largo e longos cabelos trançados. Está no segundo casamento. Foi criada em uma família evangélica, que a obrigou a se casar cedo. Quase se tornou pastora. Foi a universidade que abriu para ela outros caminhos e lhe permitiu ter contato com a obra de Lélia Gonzalez. “Meu processo de ruptura com a religião evangélica não foi por causa do candomblé, mas por conhecer a história dessa mulher. Vi a história dela como um espelho: são histórias de mulheres negras que se repetem”, diz. “Tenho uma sensação de pertencimento quando me faço como guardião desse memorial. Sei o que ele representa para mim e para mulheres negras como eu e Lélia.”

Eliane de Almeida é uma mulher magra, de cabelo cor de fogo, sobrancelha discreta e óculos retangulares. Sempre traz guias penduradas no pescoço e usa turbantes que combinam com a imagem de uma artesã, como ela se autodefine. Costuma gesticular muito quando fala, em um tom de voz envolvente, que remete às contadoras de histórias. Depois da morte da tia, dedicou-se à pintura de inspiração africana e umbandista, criando figuras em alto-relevo sob um fundo de cores fortes. Seus temas principais são as entidades religiosas afro-brasileiras, a família e a tia, que na infância ela idealizava como uma “fada negra”. Agora, prepara um novo conjunto de quadros, inspirado nas benzedadeiras das favelas cariocas.

Em 9 de março passado, sábado, ela inaugurou sua primeira exposição de pintura, que foi dedicada à memória da tia. Durante o vernissage, na Sal-Laje, sede do grupo cultural Caxambu do Salgueiro, na Tijuca, ocorreu um debate sobre a contribuição de Gonzalez para os movimentos feminista e antirracista. Depois, foram entoados cantos de umbanda e servida uma feijoada, cozida em fogão de lenha, como nos velhos quilombos.

Para os familiares de Gonzalez, a exposição significou o momento de abertura da série de comemorações que planejam fazer em homenagem aos 90 anos de nascimento da antropóloga, que serão celebrados em 1º de fevereiro de 2025. Até lá, está prevista a publicação de um livro infantil protagonizado por Lelinha, uma garota feminista e antirracista. Haverá ainda a estreia de um documentário de Vanessa de Araújo Souza (que dirigiu o filme Carolina Maria de Jesus, de 2018). O livro Festas populares no Brasil, de Gonzalez, publicado em 1987 com apoio da Coca-Cola, será relançado em junho pela Boitempo Editorial.

A comemoração dos 90 anos será capitaneada pelo Instituto Memorial Lélia Gonzalez, a organização social criada por Eliane de Almeida e Rubens de Lima. A historiadora Melina de Lima, sobrinha-neta de Gonzalez e filha de Rubens, conta que o instituto era um desejo da tia-avó, que pediu que suas ideias fossem difundidas. “O legado que a gente quer é este: Lélia Gonzalez na boca do povo”, diz ela. ●

Artigo publicado na Edição 212 da revista piauí, em maio de 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-destino-do-legado-de-lelia-gonzalez/>

—mural

A gente não quer
só comida

A gente quer comida,
diversão e arte

A gente não quer
só comida

A gente quer saída
para qualquer parte

Comida.

Titãs: Arnaldo Antunes, Sergio Brito
e Marcelo Fromer



Publique na revista GIZ

Aqui você encontra o manual com o passo a passo para compartilhar seu artigo sobre temas relevantes às professoras e aos professores

As submissões devem ser feitas exclusivamente através do e-mail revistagiz@sinprosp.org.br, nos padrões e diretrizes indicados abaixo. É preciso incluir um endereço de e-mail e um contato telefônico válido para retorno.

Além disso, as submissões que não estiverem de acordo com as especificidades serão devolvidas aos autores para os ajustes necessários:

Diretrizes para autores

- » A contribuição deve ser original e inédita, e não pode estar sendo avaliada para publicação por outra revista ou mídia; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”;
- » Todos os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho;
- » O artigo deve representar uma contribuição relevante para o tema abordado, devendo apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem. A correção linguística do texto é de responsabilidade do autor;
- » Os autores declaram não infringir as normas de

conduta ética da produção e publicação do conhecimento;

- » Os artigos devem conter um título que corresponda à ideia geral do trabalho, não devendo exceder a 80 caracteres;
- » A avaliação dos artigos respeitará a observação dos seguintes aspectos: adequação do artigo ao tema proposto por ele (com esclarecimento sobre seu objetivo, temática e, quando houver, procedimento metodológico e resultados); consistência teórico-metodológica (com relação aos conceitos, à densidade analítica e ideias conclusivas); relevância (com relação às frentes temáticas da GIZ); originalidade do trabalho; adequação à norma padrão da língua e à conduta ética;

Condições para submissão

- » Só são aceitos textos em língua portuguesa;
- » Trabalhos apresentados em congressos serão aceitos desde que incorporem sugestões e melhorias discutidas e apresentadas no evento, o que deve ser informado em “Comentários ao editor”;

- » No momento da submissão, é preciso preencher as informações de cada um dos autores, que incluem: nome completo; nome para publicação (social ou versão reduzida de preferência); mini biografia de no máximo 200 caracteres com espaço; link doattes ou de outras referências de trabalhos (como livros e textos publicados, por exemplo), quando houver;
- » O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou Google Documentos, adotando as normas ABNT para artigos técnico-científicos;
- » URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;
- » A identificação de autoria deve ser informada no manuscrito e a equipe editorial garantirá o sigilo da avaliação cega pelos pares, ao retirar as informações antes de encaminhar aos avaliadores;
- » Cada artigo poderá ter no máximo três autores; Um autor não poderá ter mais de um artigo em processo de avaliação;
- » Os artigos devem conter entre 30 e 50 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências;
- » Os autores devem indicar três leituras ampliadas ao final dos artigos, com sugestões de aprofundamento para os leitores sobre o tema abordado.

Padrão de formatação do artigo

- » Espaçamento entre linhas de 1,5;
- » Fonte no tamanho 12 e Times New Roman;
- » Itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL);
- » A4, retrato;
- » Margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm. As citações textuais diretas devem estar com recuo de 4cm, espaçamento simples e tamanho 10;

- » As figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos;
- » Texto justificado, exceto as referências, que são alinhadas à margem esquerda, com espaçamento simples e um espaço simples entre elas;
- » As tabelas, gráficos, fotografias e demais ilustrações deverão ser enviadas em alta qualidade e em formato editável. Devem ser numeradas, consecutivamente, na ordem incluída no texto e encabeçadas pelo título, e conter legendas sobre sua fonte/origem e outras informações necessárias para interpretação dela;
- » Notas de rodapé, quando existirem, devem ser breves e numeradas sequencialmente.
- » A lista de referências deve obedecer às normas da ABNT;
- » Para a lista de referências, seguem alguns exemplos:

Livro

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

ou

SOBRENOME, Nome Abreviado; SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

Artigo online

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

Artigo de revista

SOBRENOME, nome abreviado. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

Tese

SOBRENOME, nome. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Instituição, Local, ano da defesa.

Matéria de jornal

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Artigo/matéria de site

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do site, ano. Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Homepage

AUTOR OU ORGANIZAÇÃO. Nome do site, ano. Ementa (descrição). Disponível em: <endereço completo>. Acesso em: dia, mês e ano.

Declaração de Direito Autoral

- >> A publicação se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores;
- >> As provas finais não serão enviadas aos autores;
- >> Os originais não serão devolvidos aos autores;
- >> Os autores mantêm os direitos totais sobre seus trabalhos publicados na Revista GIZ, ficando sua reimpressão total ou parcial, depósito ou republicação sujeita à indicação de primeira publicação na revista, por meio da licença CC BY-NC-SA 4.0;
- >> Deve ser consignada a fonte de publicação original;
- >> As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade;
- >> Cada autor receberá cinco exemplares da revista, caso esteja disponível no formato impresso.

Política de Privacidade

A GIZ segue as normas da LGPD. Os nomes e endereços informados nesta Revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por essa publicação e o SinproSP na sua produção e divulgação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO